

**Ata da sessão ordinária realizada  
dia 28 de dezembro de 2017**

Aos **vinte e oito** dias do mês de dezembro, do ano dois mil e dezassete, pelas **21 horas e dez minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em sessão **ordinária**, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município, sob a Presidência de **Francisco Manuel Valadas Abreu**, secretariado por **Vítor Manuel Vilhena Saleiro**, como 1.º secretário e **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa**, como 2.ª secretária, dando cumprimento ao preceituado no artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

**Encontravam-se presentes na sessão os deputados:** -----

**Eleitos pelo PS:** Luís Carlos Piedade Martins, Alexandre Guerreiro Figueiredo, Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro, Cláudio José Balbina Viseu, Ana Maria Rodrigues Teixeira Ramos Barão, Maria Cristina Martins Brás Germano, António Manuel Horta Fontinha, Marília da Conceição Guerreiro, o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro, o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Eduardo José Dias Gonçalves, o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Francisco Manuel Gonçalves da Luz e o Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, António Manuel Silva Amaro. -----

**Eleitos pelo PSD:** Jorge Francisco Marques, Andreia Calvário Graça Guerreiro, José Romba Guerreiro e Vítor Manuel Libânio Afonso. -----

**Não se registou nenhuma ausência**, por parte dos Senhores Deputados Municipais, à presente sessão. -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do Presidente da Câmara António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS), os Senhores Vereadores, Lucinda Maria Marques Jorge (PS) e João de Deus Lopes Pereira (PS). -----

**Faltaram à sessão** a Senhora Vereadora Ana Manuela Jesus Guerreiro Carmo (PS) e o Senhor Vereador Ricardo António Monteiro Colaço (PSD). -----

**A – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do art.º 49º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação conjugado com o artigo 39º do Regimento: -----

**A.1.-** Intervenção dos Municípes; -----

**A.2.-** Esclarecimentos. -----

**B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

**B.1 –** Ausências, Suspensões, Renúncias de mandatos e respetivo preenchimento de vagas;-----

- B.2** – Tomada de posse do membro em falta;-----  
**B.3** – Votação da ata n.º 24, de 18 de setembro de 2017 (quadriénio 2013/2017), bem como da ata n.º 01, de 24 de novembro de 2017 (quadriénio 2017/2021); -----  
**B.4** – Conhecimento e remessa da ata da primeira sessão, realizada dia 20 de outubro de 2017, já aprovada; -----  
**B.5** - Leitura de expediente; -----  
**B.6** – Intervenções. -----

**C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

- C.1** – Apreciação e deliberação sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento, para vigorar no ano de 2018;-----  
**C.2** - Apreciação e deliberação sobre o Mapa de Pessoal para vigorar no ano de 2018; -----  
**C.3** - Apreciação e deliberação sobre a Proposta referente à assunção de compromissos plurianuais — delegação de competências na Câmara, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), alterada em anexo à Lei n.º 22/2015, de 17 de março e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada pelo Decreto-lei n.º 99/2015, de 2 de junho; -----  
**C.4** - Apreciação e deliberação sobre a locação financeira para financiamento, pelo sistema de leasing, da aquisição de um veículo pesado de passageiros, com lotação de 55 lugares + motorista + tripulante, à empresa Auto-Sueco, Ld.ª;-----  
**C.5** - Apreciação e deliberação sobre os encargos decorrentes dos Acordos de Execução celebrados com as Juntas de Freguesia e respetiva monitorização para o quadriénio de 2017/2021;-----  
**C.6** – Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Alteração ao Regulamento do Mercado Municipal de Almodôvar; -----  
**C.7** - Apreciação e deliberação sobre o convite de adesão do Município de Almodôvar à Associação Comercial, Industrial e Empresarial do concelho de Almodôvar – ACIECALM, como associado cooperante;-----  
**C.8** - Conhecimento sobre a atualização das Taxas e Outras Receitas Municipais constantes na Tabela anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, para vigorar no ano económico de 2018; -----  
**C.9** – Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação; -----  
**C.10**- Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º , da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento;-----  
**C.11** - Aprovação da ata em minuta. -----

Antes de dar início à Ordem do Dia o **Presidente da Assembleia** proferiu o seguinte:

*“Espero em primeiro lugar que tenham passado um bom Natal junto dos vossos familiares e amigos com saúde, com paz, harmonia e para além dos abusos dos comes e bebes que são sempre habituais nesta época, espero que esta quadra natalícia tenha servido para revigorar os nossos valores de amizade e solidariedade, de modo a*

*fortalecermos a nossa condição de estarmos bem com os outros, para estarmos principalmente bem com nós próprios.” -----*

**A – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO: -----**

Em cumprimento do determinado no n.º 1, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 39.º, do Regimento, a Assembleia fixou um período para intervenção do público, **que foi utilizado.** -----

O **Presidente da Assembleia** adiantou que embora nenhum munícipe se tenha inscrito nos termos regimentais, a mesa entende ter o dever de perguntar se, entre o público presente, há alguém que pretenda utilizar o período regimental de meia hora, a fim de colocar alguma questão. -----

Pedi a palavra, o munícipe **José Eduardo Pereira Brites.** -----

De imediato, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao munícipe **José Brites** que colocou as seguintes questões: -----

**1-Assunto:** *Atas da tomada de posse e da primeira sessão da Assembleia Municipal*-----

*Sobre o assunto acima mencionado, vem muito respeitosamente perguntar porque não foi dado conhecimento, por quem de direito, até à presente data, através dos meios do costume ou seja nomeadamente pela afixação destas atas onde consta o nome dos eleitos, uma vez que salvo melhor opinião não é necessária a sua aprovação, nas sessões seguintes, podendo desse modo desde que ordenado, não ser afixado mas constar na página da NET da Assembleia Municipal, dando dessa forma conhecimento público, dos nomes eleitos, na eleição realizada no passado dia 1 de Outubro e que a partir desse dia também fazem parte do Assembleia Municipal, bem como dos atos ali praticados também na primeira sessão.*-----

**2-Assunto:** *Composição da Assembleia na sua página na NET*-----

*Sobre este assunto venho respeitosamente também agora perguntar qual a composição dessa Assembleia, uma vez que na página da assembleia na NET consultada por mim dia 26 de Dezembro ali ainda nada consta.*-----

**3-Assunto:** *Editais da Assembleia referentes às atas, mencionados na NET*-----

*Sobre estes editais em que constam as deliberações das sessões aprovadas em minuta também dizem muito pouco, menciona o assunto em título e foi aprovado por unanimidade, ou maioria ou em último caso reprovado, nestes últimos casos pergunta agora o munícipe: porque não consta ali no edital, em cada assunto o nome dos deputados que nele intervieram, o número de abstenções, o número de votos contra, bem como a (força) partido a que pertencem.*

**4-Assunto:** *Ata extraordinária da Assembleia Municipal* -----

*Sessão ordinária não aprovada na ata da sessão extraordinária seguinte:*-----

*Pergunta agora também o Munícipe porque é que não foi ordenado por quem de direito, a colocação da ata da sessão ordinária realizada em Setembro, na Ordem do Dia, na sessão extraordinária, realizada em Novembro, porque salvo melhor opinião se tal tivesse acontecido na sessão realizada em Setembro de 2017 teria sido logo aprovada na extraordinária feita em Novembro e daí qualquer cidadão dos quais eu também faço parte, incluindo os deputados que fizeram parte da Assembleia anterior presentes naquela sessão de Setembro, bem como ainda os 21 que fazem parte da atual Assembleia, todos terem dela conhecimento e não ter que esperar neste caso que venha o ano seguinte Janeiro 2018, para saber o que ali se passou.*-----

**5- Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018**-----

**5.1-Construção de Parque Infantil destinado às crianças dos Bairros das Eiras e Social em Almodôvar**-----

*Dado estar presente nesta sessão da Assembleia, para Apreciação e deliberação, sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento, para vigorar no ano de 2018, e sobre o assunto em epigrafe, ser do meu conhecimento pessoal, que depois de tantas promessas feitas, por anteriores executivos, a alguns dos residentes, nas cerca de 70 moradias existentes naqueles bairros, muitas com crianças de tenra idade, e por não verem, apesar do terreno sempre ter estado e continuar a estar disponível para o efeito, para a construção ali de um Parque infantil, resolveram os mesmos em 2014 fazer um abaixo-assinado solicitando mais uma vez a construção do parque.-----*

*Ainda no ano de 2016 na sessão da Assembleia de 25 de Novembro de 2016, aquando a discussão e aprovação do plano para 2017, foi aí feita uma intervenção sobre a mesma questão por um deputado que fazia parte na altura dessa Assembleia, e ao que lhe foi respondido, pelo Senhor Presidente do executivo da Câmara Municipal de então, naquela sessão, que não foi visada por uma questão de prioridade, no entanto, se houver disponibilidade financeira e técnica para o efetuar a situação poderá ser ponderada.-----*

*Também na discussão do mesmo ponto, foi feita outra intervenção também na mesma sessão, por um outro deputado sobre outro assunto de promessas ao que o Sr. Presidente ali respondeu que tanto há dois anos, como o ano passado ou como o ano que aí vem, vai continuar-se a apostar nas pessoas, que é o fim para que trabalhamos e sempre assim o fizemos, desde o primeiro momento. As pessoas são a prioridade deste executivo.-----*

*Pergunta agora o Município, uma vez que vai ser discutida as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 e por a ele não ter acesso, se ali existe rubrica destinada a construção do referido parque?-----*

*Caso negativo porque não foi o mesmo aí incluído.-----*

*E neste ultimo caso, mais pergunta agora o município além do abaixo-assinado que foi entregue, que têm agora de fazer os moradores daquelas moradias, alguns com filhos e outros já com netos, na primária e pré-primária, uma vez que em dezenas de anos, nunca foram aquelas crianças (pessoas), tidas como prioridade, de qualquer outro executivo, pois qualquer bairro de Almodôvar, todos feitos depois destes, e com cerca de metade das moradias, sempre tiveram, ou lhes foi dada prioridade, estando por isso, todos servidos de parque infantil, e estes continuam sem prioridade e por isso sem ter direito a parque. Porquê?-----*

### **5.2 - Assunto: - documento Grandes Opções do plano e Orçamento-----**

*Pergunta agora também o município, sobre o conteúdo deste documento e dada a sua grande importância, não só para mim, mas para todos os municípios, que queiram saber as obras que se vão iniciar ou acabar no próximo ano de 2018, se há por parte do Sr. Presidente em tenção de o mesmo depois de aprovado, ser ordenada por a sua colocação na pagina da Câmara na NET para que todos os Municípios possam assim ler e tomar dele conhecimento, salvo melhor opinião, havendo deste modo uma maior transparência do que se pretende fazer no Município de interesse para a população no ano que se vai iniciar 2018 ou se pelo contrário é para ficar como sempre tem ficado os outros, nunca deles do seu conteúdo se deu qualquer conhecimento público, nem através da sua afixação, nem foi ordenada a sua colocação na pagina do Município existente na NET, ficando sempre depois de aprovado, como diz o povo no seu ditado, no segredo dos Deuses.-----*

### **5.3 Assunto - iluminação pública da vila de Almodôvar-----**

*Sobre a minha intervenção sobre a iluminação pública foi com agrado que verifiquei ter havido alteração no apagar dos candeeiros para meia hora mais tarde.-----*

*Por último peço desde já as minhas desculpas, por os vários assuntos focados nesta minha intervenção, mas fi-lo por em alguns até me sentir prejudicado por até à presente data não ter sido dado conhecimento público.-----*

*Por último solicito que esta intervenção seja transcrita em ata.”-----*

Em resposta ao Senhor José Brites, o **Presidente da Assembleia** referiu que na parte que toca à Assembleia, a única coisa que pode responder é relativamente à questão das atas. E a esse respeito, relativamente à publicação das atas das sessões ou da ata da tomada de posse da Assembleia, o Presidente da Assembleia Municipal informou o Sr. José Brites que a Assembleia está a executar exatamente os mesmos procedimentos que têm sido feitos em mandatos anteriores. São procedimentos que sempre têm sido feitos desta forma, quer na questão das atas quer na questão dos editais, e que até à presente data nunca foram questionados por ninguém, deduzindo-se, como tal, que os procedimentos estão normalizadas e corretos. Porém, com isto não quer dizer, na parte que toca à Assembleia, que não se possa vir a alterar alguns procedimentos, se se aferir que algum está menos correto e que possa melhorar a sua imagem junto dos munícipes. Quanto à questão da publicitação das atas, o Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que as mesmas têm sido publicitadas respeitando os mesmos prazos verificados em mandatos anteriores.-----

Informou o munícipe, que tomou nota, que irá aferir os procedimentos que estão a ser tomados e se concluir que é necessário alterar algum procedimento fá-lo-á, desde que para benefício dos munícipes, chamando mais uma vez a atenção para o facto de se estar a proceder exatamente da mesma forma como se tem feito em mandatos anteriores.-----

Quanto às outras questões que coloca, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos julgados convenientes. -----

No uso da palavra, o **Presidente da Câmara** começou por cumprimentar todos os presentes, com especial ênfase para os 2 jovens que se encontram na sala, fazendo votos para que outros jovens venham às sessões da Assembleia, porque a política não é só estar de fora, é também participar nela e é de *“pequenino que se torce o pepino”*.-

Prosseguindo, agradeceu ao Senhor José Brites pela sua presença e pela sua observação constante das coisas.-----

Relativamente à questão da ata, disse que o Senhor Presidente da Assembleia já explicou realmente o que se passa. Pessoalmente, e enquanto Presidente da Câmara, não concorda que se coloque uma ata com os dados pessoais de todos os deputados para consulta na internet, sendo uma política que é adotada pela maioria das Câmaras Municipais e acha que não há ninguém que tenha interesse em saber os dados pessoais do deputado A ou B, são dados que não têm qualquer interesse para a gestão municipal e muito menos para os munícipes. -----

O nome, a função que desempenha e o partido que representa são, em sua opinião, o bastante e é essa instrução que vai encaminhar conjuntamente com o Senhor Presidente da Assembleia, se ele assim o permitir, para que se disponibilize na internet com os dados restritos à informação que a cada um diz respeito. -----

Sobre a questão da publicitação na net, reconhece, de facto, que poderíamos ser mais céleres, mas também tem que ver com o seguinte: de facto não se trata apenas de colocar uma ata na net, dado que a mesma tem de estar aprovada antes de ser publicada e geralmente as sessões de Assembleia Municipal levam cerca de 2 meses entre cada uma, com a exceção das do final de mandato, que levam mais tempo.-----

Portanto, ou nós adotamos a política de colocar as atas sem estarem aprovadas, o que não lhe parece de todo correto, ou então, tal como tem sido feito desde o 25 de abril, aguardamos e disponibilizamos na internet as atas só depois de estarem devidamente aprovadas, não obstante elas serem aprovadas em minuta no final das reuniões, tal como prevê o Regimento da Assembleia Municipal.-----

Sobre a questão dos editais não percebeu muito bem o que o munícipe disse, mas se calhar a resposta centra-se também à volta desta questão das atas. -----

Tentaremos, em conjunto com a nossa assistente na área das reuniões, ser mais céleres no processo dos editais, naquilo que for possível, tanto da Câmara como da Assembleia.-----

Sobre a questão das Grandes Opções do Plano, não sabe se é o momento oportuno para falarmos do assunto. O jardim que o Senhor José Brites fala foi uma prioridade em relação ao outro jardim que foi feito há pouco tempo e vai explicar porquê. -----

Falou-se do jardim em 2015 e 2016 e não se falou do jardim do Santo António que passou a ser uma prioridade mas, se verificar a distância que vai da Escola EB1 ao bairro a que se refere e a distância que vai da EB1 ao bairro de Santo António, verifica que é muito maior. Enquanto gestores municipais, e sabendo que o dinheiro “não cai das árvores”, temos que o gerir, temos que o aplicar onde ele é mais preciso e com a prioridade que é mais necessária. Optou-se no final do ano, em que havia alguma verba disponível, para fazer aquele jardim e não o outro a que o Senhor José Brites se refere. -----

Não deixa, no entanto, de continuar a ser uma opção deste executivo fazer o jardim daquela zona, assim como a melhoria a nível ambiental e a melhoria ao nível de requalificação urbanística, para um “ligeiro” parque de estacionamento em que possam aproveitar aquele espaço que está ali junto da ribeira, atrás da GNR, naquela zona toda que vai quase até à ponte. -----

O Presidente da Câmara Municipal informou ainda o Senhor José Brites, que essa foi uma das opções que o executivo da União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões apresentou como proposta para ser executada nas Grandes Opções do Plano da Junta, em conjunto com a Câmara Municipal. -----

Espera que, se porventura no ano de 2018 se verificar de facto que é possível avançar para esse projeto e tiverem condições de iniciar esse trabalho, pois estão cá para trabalhar. Se não se verificar, todos os residentes daquele bairro estão no máximo a 200 metros de um Parque Infantil onde as crianças podem brincar. Naturalmente é uma prioridade, pois não há onde estacionar carros, mas há obras que são mais necessárias e no conjunto de planificação e de gestão autárquica temos de olhar para o concelho como um todo e não em termos bairristas, daí que só será feito caso seja possível.-----

A promessa está feita é para cumprir, no entanto houve outras necessidades mais emergentes e esse projeto foi ligeiramente ultrapassado não sendo no entanto esquecido.-----

Quanto à questão n.º 5, esclareceu que não confere à verdade o referido na questão, porque se publicam na net as Grandes Opções do Plano e Orçamento, depois de aprovadas, podendo eventualmente faltar um documento ou outro mas todos são publicitados na página da Câmara. De qualquer forma irá verificar se houve alguma

falha técnica no último mês, porque sabe que estavam lá antes de iniciarmos este processo do orçamento de 2018. -----

Sobre a questão 5.3, relativa à Iluminação pública da vila de Almodôvar, aclarou que agora temos 30 minutos a mais de eletricidade de manhã e 30 minutos a mais de eletricidade à noite, porque conseguiram, com a EDP, chegar a um acordo para alterarem o relógio.-----

O relógio funciona um bocadinho como relógio astronómico, não é fácil porque são muitos Postos de Transformação no concelho e conseguiram apenas fazê-lo na vila, faltando fazer este trabalho nas freguesias. Referiu, também, que quando toda a iluminação estiver em led, se tornará muito mais fácil proceder a alterações. -----

Para finalizar, o **Presidente da Assembleia** disse que espera terem sido explícitos nas respostas às questões colocadas e agradeceu a intervenção do Senhor José Eduardo. ---

## **B – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

### **B.1 – AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES, RENÚNCIAS DE MANDATOS E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS;** -----

#### **AUSÊNCIA DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPETIVA VAGA:** -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** fez saber que não se registou nenhum pedido de ausência para esta sessão, encontrando-se presentes todos os membros efetivos. -----

Prosseguindo, solicitou aos Senhores deputados municipais que sempre que tiverem de comunicar alguma ausência, que o façam até 48 horas antes do início da sessão, para dar tempo a que sejam substituídos nos termos do Regimento e dar tempo a que a pessoa seguinte seja contactada. -----

#### **B.2 – TOMADA DE POSSE DO MEMBRO EM FALTA:** -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que, como é do conhecimento da Assembleia, o senhor deputado Jorge Francisco Marques ainda não tinha tomado posse, tendo enviado antecipadamente documentos justificando as suas ausências por motivos pessoais. Questionou os deputados presentes se havia algum inconveniente na justificação das suas faltas e não se tendo verificado qualquer impedimento, o Senhor Presidente colocou à votação as referidas justificações de faltas, que a Assembleia, por unanimidade, deliberou justificar. -----

Prosseguindo, o Presidente da Assembleia Municipal, na sequência da justificação das faltas à tomada de posse do senhor **Jorge Francisco Marques**, nos pretéritos dias 20 de outubro de 2017 e 24 de novembro de 2017, por motivos pessoais, e cumprindo o preceituado no número três do artigo quadragésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, na sua atual redação, verificou a identidade e legitimidade do cidadão e depois do mesmo ter expressamente aceite o cargo, a Assembleia reconheceu a ausência de impedimento para o exercício das respetivas funções de Membro da Assembleia Municipal de Almodôvar, pelo que tomou o seu lugar na Assembleia.-----

A ata respeitante à tomada de posse do membro supra referido dá-se aqui como totalmente reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia Municipal deu as boas-vindas ao Senhor Jorge Marques como deputado municipal, agradecendo a sua presença e fazendo votos para que possam todos, em conjunto, trabalhar em prol das melhorias do município de Almodôvar.-----

**A Assembleia em nada objetou.** -----

**B.3 – VOTAÇÃO DA ATA N.º 24, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017 (QUADRIÉNIO 2013/2017), BEM COMO DA ATA N.º 01, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017 (QUADRIÉNIO 2017/2021):** -----

O **Presidente da Assembleia** informou que iria colocar à votação a **Ata n.º 24** da Sessão Ordinária de 18 de setembro de 2017 (quadriénio de 2013-2017), e última do **anterior mandato**, por ser esta a primeira sessão ordinária que se lhe seguiu, embora de um novo mandato. -----

Não havendo intervenções, o **Presidente da Assembleia** colocou à **votação a Ata n.º 24** da sessão ordinária de 18 de setembro de 2017, a qual foi **aprovada com 6** votos dos membros que pertenceram ao anterior mandato. -- -----

Prosseguindo, o **Presidenta da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 01 da sessão extraordinária de 24 de novembro de 2017 (quadriénio de 2017-2021). -----

Não havendo intervenções, o **Presidente da Assembleia** colocou à **votação a Ata n.º 01** da sessão extraordinária de 24 de novembro de 2017, a qual foi **aprovada, por maioria**, com 20 votos a favor (PS, PSD) e uma obtenção do deputado Jorge Marques (PSD), por não ter estado presente na sessão.-----

**B.4 – CONHECIMENTO E REMESSA DA ATA DA PRIMEIRA SESSÃO, REALIZADA DIA 20 DE OUTUBRO DE 2017, JÁ APROVADA:** -----

O **Presidente da Assembleia** explicou que a **ATA DA PRIMEIRA SESSÃO**, como os Senhores Deputados têm conhecimento, **foi lida em voz alta e aprovada na respetiva sessão**, remetendo-a agora a todos os senhores deputados municipais para que tenham conhecimento da mesma em formato editável. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento da ata em apreço.** -----

**B.5 - LEITURA DE EXPEDIENTE;** -----

O **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal, desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros e está disponível para consulta nos serviços de apoio, caso assim o desejem.-----

**B.6 – INTERVENÇÕES.** -----

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os senhores deputados Fernanda Caetano e António Fontinha. -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Fernanda Caetano**, que proferiu o seguinte: -----

*“O Grupo Municipal do Partido Socialista, vem congratular-se com o excelente trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal que permitiu, pela segunda vez consecutiva, ser distinguida, pelo Observatório Nacional, como uma das Autarquias Mais Familiarmente Responsáveis, sendo neste contexto, premiada com mais uma bandeira verde por práticas amigas das famílias.-----*

*Este galardão é um motivo de orgulho para o nosso Município, por todo o trabalho de política local, desenvolvido pela Autarquia e que muito tem contribuído para a qualidade de vida dos nossos Municípes e Famílias. -----*

*Estiveram na base deste prémio as política adotadas em todo o concelho, pelo executivo liderado pelo Presidente António Bota, sem esquecer o seu Gabinete de Apoio Pessoal, na pessoa da agora Vereadora Lucinda Jorge. -----*

*O resultado obtido é também revelador do empenho dos trabalhadores do Município ligados a estas áreas. -----*

*Resta-nos ainda salientar, que estes processos envolvem também outros parceiros da nossa comunidade, sem os quais não seria possível atingir os objetivos desejados, referimo-nos nomeadamente a entidades, instituições e associações do nosso concelho. -----*

*Estas políticas foram materializadas em projetos e medidas importantes em variadíssimas áreas, nomeadamente educação, a cultura, o apoio à maternidade e paternidade, ação social, saúde, habitação, transportes, entre outras. -----*

*Relembramos algumas medidas implementadas, tais como o reforço ao apoio na aquisição de medicamentos a idosos e a pessoas com incapacidade, serviços de pequenas reparações domésticas, apoio a alunos na aquisição de livros e materiais escolares alargado aos alunos também do ensino secundário, bolsas de estudo aos alunos do ensino superior, transportes gratuitos para todos os alunos, estendido também ao ensino superior, loja social e banco de ajudas técnicas, teleassistência com equipamentos difusos pelo nosso concelho, universidade sénior e reforço de incentivo à natalidade entre outros projetos e também outras iniciativas. Todos estes projetos surgiram, como é óbvio, de diagnósticos internos desenvolvidos pela autarquia, os quais permitiram aferir quais as verdadeiras necessidades e anseios dos nossos municípes e das nossas famílias, de forma a poderem facilitar a vida e apoio a todos os que se encontram em situações de maior vulnerabilidade, como é o caso dos idosos e das nossa crianças. -----*

*A metodologia de trabalho adotado coloca em ação uma política dinâmica de resposta às necessidades específicas do nosso Município, quer em termos geográficos quer também em termos de expansão territorial. -----*

*O resultado deste trabalho é indicador de que o nosso Município está a desenvolver boas práticas autárquicas em matéria de responsabilidade familiar e a partilhá-las com outros municípios numa perspetiva de política social inclusiva, sendo prova disso a participação do concelho neste observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis que permeia as melhores políticas sociais e de apoio às famílias. -----*

*É nossa convicção que este plano estratégico irá ter continuidade e alargar ainda todas as medidas que possam conduzir à melhoria da qualidade de vida das famílias do nosso concelho nas mais variadas áreas, conduzindo a que a distinção atribuída agora à Câmara Municipal se repita, evidenciando que o esforço da autarquia nesta matéria irá ter continuidade. -----*

*Por tudo atrás mencionado, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se com a conquista desta bandeira em virtude das boas práticas adotadas e do que elas representam para a nossa comunidade.” -----*

Continuando, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado António Fontinha**, que em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista leu a seguinte Declaração: -----

*“Declaração do Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal de Almodôvar-----  
O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almodôvar foi recentemente eleito para presidir ao Conselho de Administração da Resialentejo. -----  
A Resialentejo é uma empresa intermunicipal responsável pelo sistema de recolha e tratamento de resíduos urbanos de 8 municípios do distrito de Beja, a saber, Almodôvar, Castro Verde, Mértola, Ourique, Beja, Moura, Barrancos e Serpa. -----  
O Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal de Almodôvar, considera que esta eleição é um sinal de reconhecimento, por parte dos restantes municípios e da gestão rigorosa e equilibrada que se tem verificado na Câmara Municipal de Almodôvar. -----  
O Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal de Almodôvar, congratula-se por esta eleição que muito dignifica o Município de Almodôvar e deseja os maiores sucessos ao Senhor Presidente neste novo desafio, acreditando que com a sua gestão a Resialentejo irá encetar um período de gestão mais rigorosa, cumprindo os objetivos ao nível do ambiente do serviço público, bem como da gestão de recursos financeiros”-----*

**GRAVAÇÃO E FILANGEM DAS SESSÕES DAS ASSEMBLEIA MUNICIPAIS POR PARTE DE UM CIDADÃO COM CARTEIRA DE JORNALISTA:** -----

**NOTA:** a questão aqui apresentada foi levantada e debatida no meio do Ponto C1 - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, quando foi dada a palavra à deputada Andreia Guerreiro para intervir, assim, e considerando que são dois assuntos muitos distintos que careceram de deliberação e votação por parte da assembleia, e para que melhor se possa destringir esta questão foi aberta esta rubrica e colocada neste ponto das intervenções. -----

**A deputada Andreia Guerreiro** referiu que antes da sua intervenção sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento, perguntava ao Senhor Presidente da Assembleia de onde é que tinha saído autorização para a sessão da Assembleia estar a ser gravada por um munícipe, sem a autorização dos deputados. Está a sua imagem a ser emitida não se sabe bem para onde, e para tal não deu qualquer autorização, fala por si, não sabendo se há deputados que queiram eventualmente falar sobre o assunto mas, pergunta só o porquê?-----

**O Presidente da Assembleia** referiu que é uma pergunta à qual sinceramente não sabe responder, até porque julga que no Regimento, esta situação relativa à gravação ou não gravação das sessões não está contemplada. O Regimento é omissivo. O que pode dizer é que no Regimento esta situação não está contemplada, diz apenas, no seu artigo 95º, que a interpretação das lacunas compete à mesa da assembleia, com recurso ao plenário. Neste momento não lhe pode dar uma resposta concreta, a única coisa que pode garantir é que para a próxima sessão tentará trazer novamente esta questão, esperando que já totalmente clarificada. Irá pedir esclarecimentos jurídicos sobre essa situação, para depois decidirem sobre a gravação ou não gravação das sessões da Assembleia Municipal. Esta situação nunca se tinha colocado em mandatos anteriores e por isso nunca foi acautelada.-----

**A deputada Andreia Guerreiro** disse que há uma coisa que é o “direito à nossa imagem”, podemos reservar-nos a autorizar ou não, portanto, da sua parte, deixa já aqui publicamente que não autoriza a gravação de imagens da sua pessoa, sendo que agirá legalmente sobre a possibilidade disto acontecer.-----

Pedi a palavra o **deputado Luís Martins**, o qual fez a seguinte **PROPOSTA**:  
“Atendendo ao facto de ter sido levantada esta questão e como o Regimento permite que o plenário possa tomar uma posição sobre a mesma, porque não tomar o plenário uma posição nesta sessão, se aceita ou não que a mesma seja gravada.” -----

O **Presidente da Câmara** esclareceu que se deve distinguir entre o munícipe normal e o munícipe jornalista. Se for encartado como jornalista, tem direito total e acesso à informação pública, pode é não poder difundir a imagem, pode gravar sem imagem. Se for um munícipe, aí sim, requer a autorização prévia, seja ela da Câmara ou da Assembleia. Agora os senhores deputados têm de decidir. -----

O **Presidente da Assembleia** disse que fica então registado que a deputada Andreia Guerreiro não autoriza a divulgação da sua imagem. -----

Continuando, disse que realmente foi uma situação de todo imprevista e tentarão da melhor forma possível e, a contento, resolver as situações que vão surgindo. O artigo 95.º do Regimento, como já referiu, diz que “*compete à mesa da Assembleia Municipal com recurso para o plenário interpretar o presente Regimento e integrar as suas lacunas*”. -----

Como no Regimento não existe qualquer menção ao facto de as sessões serem ou não serem gravadas e divulgadas, propõe o seguinte:-----

Por proposta do deputado Luís Martins, vamos recorrer ao plenário para decidir se esta sessão poderá ou não ser gravada, com a reserva que cabe a cada deputado municipal poder ou não autorizar a divulgação da sua imagem. -----

Sendo assim, para nos salvaguardar relativamente à situação de hoje e de acordo com o que está contemplado no Regimento da Assembleia Municipal, pergunta aos senhores deputados municipais se autorizam que esta sessão seja gravada, até haver uma informação oficial, clara e objetiva, do que poderá ser feito em termos de gravação, pelo que irá consultar os serviços competentes, que possam esclarecer totalmente esta situação. -----

Retomando, pergunta aos senhores deputados municipais se autorizam, tal como disse, que esta sessão da assembleia seja gravada, cabendo a cada deputado reservar-se ao seu direito de divulgação da sua imagem.-----

O **deputado José Romba** esclareceu que se deve referir gravada e filmada, para além da gravação áudio que a Câmara costuma fazer. -----

O **Presidente da Assembleia** anuiu com o senhor deputado e aclarou que as sessões serão sempre gravadas pela Câmara, mas a questão que aqui hoje se coloca é, gravada e filmada, sempre com a questão da reserva do direito de imagem, por um elemento do público que é jornalista e que tem cartão de jornalista.-----

Disse ainda, que como não tem a certeza se isso pode ou não ser feito oficialmente, por uma questão de reserva, até para se defenderem, coloca essa questão ao plenário da Assembleia Municipal, até haver informação oficial. -----

A **deputada Andreia Guerreiro** fez a seguinte proposta para simplificar:-----

Nesta sessão, não poríamos esta questão, deixaríamos à consideração de cada um. Cada um dos deputados que se sentir de certa forma “lesado”, ou não queira que a sua imagem seja divulgada, quando fizer a sua intervenção, se quiser, levanta-se e afirma

que “não quer que a sua imagem seja divulgada” e essa questão fica salvaguardada. Na próxima sessão colocaríamos então esse assunto. -----

Em resposta, o **Presidente da Assembleia** achou preferível continuar a colocar a questão proposta pelo deputado Luís Martins, isto é, se permitem que seja gravado e filmado, com a questão da reserva da imagem. -----

Nestes termos, o Presidente da Assembleia colocou à votação a PROPOSTA acima apresentada, tendo a Assembleia Municipal, por maioria, com 17 votos a favor e 4 votos contra, deliberado APROVAR que esta sessão da Assembleia Municipal seja gravada e filmada por um elemento do público com cartão de jornalista, com o direito de reserva de imagem dos deputados do PSD, que votaram contra, apenas por esta sessão. -----

O **Presidente da Assembleia** pediu desculpa por este imprevisto, mas considerou que foi a melhor forma de o poder resolver no imediato, até porque esta é uma questão para o qual não estavam neste momento preparados. -----

O **deputado Vítor Libânio** aclarou que os outros canais de televisão têm de pedir autorização e ainda assim são reservadas as intervenções que eles podem filmar e divulgar. -----

A **deputada Andreia Guerreiro** também pediu desculpa a todos por esta questão mas, de facto, em sua opinião tinha de ser colocada. -----

#### **C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

O **Presidente da Assembleia**, antes de entrar no período da ordem do dia, fez a seguinte declaração: -----

*“O documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento é, porventura, o documento mais importante que se discute na vida do município, porque é a partir dele, da sua análise, discussão e execução que o executivo camarário define e executa as suas políticas, define e executa as suas opções e, logicamente, cumpre ou não cumpre aquilo que prometeu aos seus munícipes, sendo por isso julgado em função principalmente deste documento.* -----

*Assim sendo, e antes de entrarmos propriamente na ordem de trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal, queria chamar a atenção dos senhores deputados municipais para a seriedade que a discussão deste documento nos merece, tal como nos merecem todos os documentos que aqui são motivo de análise e de debate, independentemente das opiniões e das opções pessoais e partidárias que cada um de nós tem acerca do mesmo.* -----

*E se me permitem a ousadia, recomendo então, atrevo-me até a aconselhar, que os senhores deputados tenham em atenção o que acabei de enunciar, que tenham em atenção o respeito, a dignidade e a seriedade que esta casa nos merece, que tenham em atenção o respeito, a dignidade e a seriedade que o debate das causas públicas nos merece, pedindo-vos então que ponderem o vosso discurso, que meçam as vossas palavras, que as direcionem apenas para a análise e discussão do que está verdadeiramente em causa, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, que utilizem as vossas palavras de uma forma cordial, educada, civilizada, sem entrar em questões do foro pessoal, mas não abdicando nunca de “defender a vossa dama”, não abdicando nunca de defender com “unhas e dentes” os vossos ideais e opções políticas, já que é esse o vosso dever, é essa a função para que foram eleitos pelos nossos concidadãos almodovarenses, que esperam ver em vós, que esperam ver em todos nós um exemplo de civilidade a seguir.* -----

*Posto isto, senhores deputados municipais, minhas senhoras e meus senhores, que comece o debate*”-----

**C.1 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO, PARA VIGORAR NO ANO DE 2018;**-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto esclarecendo que todos os senhores deputados têm na sua posse o documento em análise e que tiveram oportunidade de ponderar devidamente uma opinião sobre os mesmos. -----

Questionou se o Presidente da Câmara tem alguma explicação para dar aos senhores deputados, antes de abrir as inscrições para intervenções. -----

Prosseguindo, deu a palavra ao Presidente da Câmara, para se pronunciar sobre a matéria em análise. -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que seria preferível fazer uma pequena introdução ao documento para permitir também alguma discussão e, naturalmente, se houver algum ponto que não fique totalmente esclarecido estará disponível para o esclarecer devidamente.

Em primeiro lugar agradeceu aos técnicos envolvidos na elaboração do documento, nomeadamente à área da Contabilidade, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira e também aos técnicos afetos ao Gabinete de Planeamento e Gestão Financeira, assim como aos seus colegas de Executivo que nas suas opções, discussões e sugestões foram contribuindo, todos, para que o documento ficasse na versão final e também a versão de trabalho que foi enviada para o Grupo do PSD que emitiu a sua opinião. -----

A estabilidade financeira da Câmara Municipal permite-nos afirmar que neste momento estão reunidas condições para continuar com a nossa política social e a nossa política de apoio aos colaboradores, assim como a uma melhoria dos serviços, através da entrada de mais pessoal. -----

Também fez notar que este orçamento, tal como todos os anos acontece, arrasta consigo despesas, valores cativos, valores que estão afetos a projetos de obras em curso, nomeadamente, e neste caso específico, estamos a falar de cerca de 1 milhão e 400 mil euros, que na altura em que foi feito o orçamento estaria mais ou menos nesta ordem. Naturalmente que já houve alguns autos, dessas obras, pagos, mas que será sempre superior a 1 milhão de euros, nomeadamente:-----

Nas obras de requalificação urbanística da Entrada Sul, que estão terminadas mas que ainda têm valores afetos para pequenas construções de muros, garantias de obra, etc.; -----

Na obra do Parque de Caravanismo, que atrasou cerca de 3 a 4 meses e também tem valores afetos; -----

Na obra do Cineteatro Municipal, que apesar de estar concluída tem valores afetos para o seu licenciamento, formação de pessoal etc., que enquanto não obtivermos as licenças da parte do IGAC esses valores não podem ser pagos. -----

Também a requalificação da igreja da Graça de Padrões ainda tem valores afetos, a construção das Oficinas e Armazém Municipal no Lote Industrial, a requalificação na Aldeia dos Fernandes, a ampliação do saneamento básico no Largo de São Pedro para as ruas adjacentes, a requalificação do recinto da escola EB1 em Almodôvar, etc. -----

Este valor de cerca de milhão e meio condiciona naturalmente a aplicação do saldo depois em abril, quando fizermos a sessão de Assembleia para aplicação dos fundos de gerência do ano transato, mas não posso deixar no entanto de salientar algumas obras importantes que ficam também já contempladas para 2018 e que têm de ser feitas, por duas razões: primeiro porque estão vinculadas a concursos que já existem e cujas verbas estão afetas já em 2018, depois porque existem funções sociais e funções inerentes à gestão da Câmara que se transitam de um ano para o outro e que podem não estar totalmente reforçadas para chegar até ao final do ano fiscal.-----

O Presidente da Câmara lembrou também alguns projetos que fazem parte do documento que os senhores deputados têm, dando como exemplo:-----

A beneficiação da estrada entre o MU e a aldeia de São Barnabé, entre o cruzamento da Corte Figueira dos Coelhos e São Barnabé, que nos cativa cerca de 807 mil euros, é um projeto aprovado, que não está sujeito a fundos comunitários, mas está em concurso público e que brevemente estará disponível;-----

Os percursos pedonais em Santa Clara, que está pronto para iniciar no mês de janeiro, já com concurso terminado e contratos assinados e também nos cativa cerca de 400 mil euros;-----

A beneficiação da ETAR em Santa Cruz, que é um projeto que conseguimos uma linha para crédito e que está dependente de um aviso comunitário;-----

A requalificação do Campo das Eiras e zonas adjacentes, cujo projeto está em curso e já tem valores afetos no âmbito do PARU, que foi aprovado em 800 mil euros e depois dividido por outras obras;-----

Existe também um projeto de implementação de um Centro de BTT no nosso concelho, um projeto comunitário com o Turismo de Portugal, que já tem verba afeta porque temos que a apresentar como verba cabimentada para o ano que vem;-----

Temos também um projeto de renovação da iluminação pública de quase 200 mil euros, em diferentes aldeias e localidades do concelho e também na vila de Almodôvar, que também está dependente de uma candidatura e tem de ter dotação financeira para esse fim.-----

São uma série de projetos que ocupam basicamente todo o dinheiro que sobra daquilo que é a gestão corrente do município de Almodôvar, no entanto, também podemos afirmar que essas contas todas estão feitas pelo Gabinete de Planeamento e verificadas por todo o Executivo e que continuaremos a apostar na área social como uma forte componente da nossa autarquia, colocando as pessoas em primeiro lugar como sempre o fizemos e apostando na dignidade do emprego, na formação, na requalificação e também naquilo que são as novas entradas de pessoal para o ano 2018 e seguintes, que serão discutidas naturalmente no ponto que se segue.-----

Vamos continuar a manter também uma forte aposta na economia local, tentando a todo o custo que se mantenham as compras que são possíveis fazer nos comerciantes e nos operadores comerciais do nosso concelho.-----

Também queremos recolocar ou reiniciar o projeto do novo horário público da Câmara Municipal, para que tenhamos mais contacto com o público e melhor serviço público. Queremos também alterar o edifício mais antigo, pelo menos a zona do expediente, fazer o nosso balcão único, que é um projeto também já aprovado e dependente somente de uma aprovação interna, para que nós possamos avançar com a obra.-----

Os senhores deputados têm no documento todos os valores cativos para esta fase do orçamento, não vale a pena mencioná-los, sabem que depois em Abril, na aplicação dos fundos de gerência, teremos novamente mais valores para aquilo que são as funções obrigatórias do município, nomeadamente, na área social, na área de gestão de pessoal, na área de seguros, na área de combustíveis, na área do normal funcionamento da autarquia. Mas naquilo que temos neste momento, tudo indica que vai ser um orçamento muito semelhante ao de 2017, nomeadamente naquilo que é a aposta em todos os setores que podem promover as pessoas, que podem promover o serviço público e que podem garantir que a autarquia continue a fazer os seus investimentos de capital, dentro daquilo que são as suas capacidades. -----

Refiro por exemplo que em 2017 estamos com uma execução orçamental em despesas de capital que ultrapassa os 65 %, ou seja, uma das melhores dos últimos 5 ou 6 anos e de facto isso permite dar continuidade a esta política de trabalho.-----

Também nas despesas com pessoal, no nosso orçamento já estão incluídos valores contemplados pela nova legislação a partir de 2018, nomeadamente os aumentos do salário mínimo que passará de 557 euros para 580 euros, não vamos esperar por a aplicação dos fundos de gerência para fazer notar essa diferença. -----

Temos cerca de 4 milhões de euros de investimento em despesas com pessoal e quando se refere a despesas com pessoal significa tudo afeto ao pessoal, vencimentos, Segurança Social, ADSE, seguros, despesas de representação, eventuais despesas com doenças, enfim aquilo que nós temos como estimativa comparativa de anos anteriores.

Neste momento temos cerca de 2 milhões de euros disponíveis nestes projetos que vos falei para a aquisição de bens e serviços, com um investimento na ordem dos 4 milhões. Ora para um orçamento de cerca de 12 milhões, números redondos, acho que a divisão está muito bem-feita, acho que a participação em cada área da autarquia está acessível e está exequível, que é isso que nos interessa acima de tudo. -----

Voltou a frisar que isto é um documento sobre o qual nós vamos reger a nossa política de trabalho, mas que como qualquer documento não é um documento fixo, é um documento em que podemos exercer alguma maleabilidade, exercer algumas dinâmicas de alteração, quando é necessário alterar um orçamento, quando é necessário alterar uma rubrica, quando é necessário dotar uma rubrica.-----

A nossa principal preocupação no documento, como sempre, tem sido dotar o orçamento de todas as rubricas que nós achamos que são necessárias para colocar em prática um projeto, um projeto de 4 anos, que nalguns casos se vai estender para além dos 4 anos, porque às vezes as obras não se acabam nas datas previstas e geralmente as coisas ultrapassam os prazos. -----

No entanto, essa dotação financeira por vezes não é suficiente para uma obra, não se consegue fazer uma obra com 10 euros e grande parte das rubricas que estão no orçamento têm 10 euros, têm 500 euros, têm mil euros, o importante para nós é a rubrica estar aberta, disponível para que não seja necessário vir à Assembleia Municipal fazer uma revisão orçamental para esse fim. Portanto, são rubricas que se podem dotar com dinheiros que sobram de outras rubricas, com fundos comunitários em que aparecem verbas que não eram expectáveis e que afinal surgem obras que ficam mais baratas, o que não é fácil, geralmente é ao contrário, mas todos os valores que se podem apurar são naturalmente para dotar essas rubricas. -----

Salientou também o Presidente da Câmara que neste momento pagamos menos em juros bancários, porque a dívida diminuiu cerca de 2 milhões e meio de euros comparativamente ao que estava nesta data há 4 anos atrás. Mantivemos os 2 milhões de euros de almofada financeira para a Câmara Municipal, no entanto, a rentabilidade que temos agora é inferior à que tínhamos há 4 anos nesta data, porque os juros bancários foram descendo significativamente e enquanto no orçamento de receitas aparecia 70 ou 80 mil euros em juros, agora aparece 20 ou 25, quando aparece. Mas o valor está lá e quando for necessário aplica-se. -----

O orçamento tem este ano uma componente na gestão de pessoal muito forte. Existe um planeamento para que no próximo ano e seguintes possamos atingir esse plano completamente, um plano de entrada de cerca de 62 novos funcionários, o que significa que vamos ter encargos com pessoal muito superiores. -----

Quis também deixar claro que esta entrada de novos funcionários vem resolver em parte alguns problemas de precariedade que temos na nossa Câmara Municipal. Temos algumas avenças que serão resolvidas com esta entrada de pessoal, temos algumas pessoas que por mobilidade serão colocadas nos seus devidos lugares, à medida que vamos conseguindo pôr em prática uma requalificação interna, porque há pessoas que executam trabalhos que não correspondem ao seu rendimento salarial, e nós sabemos e temos discutido isso aqui diversas vezes. Também o preenchimento de lugares no quadro significa uma maior fixação de pessoal no concelho, maior rentabilidade das famílias, maior segurança para as famílias e eventualmente um crescimento global em termos de economia. -----

O Presidente da Câmara quis também mencionar que neste momento existem alguns projetos em desenvolvimento e que poderão parecer com maior significância ao longo de 2018, nomeadamente: -----

A requalificação da Rua de Beja, que apesar de não ter dotação o projeto está praticamente pronto, dependendo apenas de uma questão de aprovação ao nível do projetista com o nosso pessoal da Câmara; -----

O parque de estacionamento público está dependente de uma compra que vai surgir agora em janeiro, se tudo correr bem. Como mudou o Diretor da Segurança Social, não se sabe se o atual diretor tem a mesma opinião, mas ocorreria em janeiro a compra do terreno em frente à Biblioteca e que já está a ser iniciado o desenvolvimento do projeto; -----

O loteamento de Mártir e Santo que vai iniciar em 2018, em projeto e não em obra, e se houver disponibilidade financeira, poderá iniciar também a obra no início do ano;-

A construção da creche, o projeto já está em desenvolvimento para a Cerca da Presença II;-----

O Centro de Dia e Doenças Degenerativas e Demências em Gomes Aires, temos o projeto praticamente pronto, está dependente apenas de aprovações da Segurança Social e também poderá surgir como uma obra;-----

A requalificação urbanística na Corte Zorrinho e a requalificação urbanística do Rosário, que temos projetos prontos e aprovados, só esperamos que haja verba disponível;-----

O Balcão Único que já mencionei e temos o projeto pronto para iniciar; -----

A requalificação urbanística do Bairro da Misericórdia, que está numa fase final de desenvolvimento que também pode surgir em 2018. -----

O Presidente da Câmara deixou ainda a informação que este executivo pretende, caso seja necessário, recorrer à banca para colocar estes projetos em andamento já no ano de 2018. Diminuímos a dívida em dois milhões e setecentos mil euros, cumprimos todas as regras, temos o equilíbrio financeiro atingido, uma capacidade de empréstimo para 14 milhões e poderemos sempre recorrer à banca entre 2 a 3 milhões de euros, se for necessário, para colocar este projetos em prática, porque o objetivo é naturalmente servir a nossa população. -----

Voltou a lembrar que grande parte dos projetos que estão neste orçamento não têm verba suficiente alocada, mas isso não significa que não existe intenção de os fazer, significa que estamos conscientes que há essa necessidade e disponíveis para avançar assim que exista também disponibilidade financeira e técnica para colocar os projetos em prática. -----

Mencionou ainda que vamos iniciar a partir de janeiro um programa de apoio aos desempregados de longa duração, que já devia estar em prática, mas que contingências várias não o deixaram estar em prática logo em setembro. Iniciará agora em janeiro e é mais uma fonte de rendimento para algumas pessoas que estão em casa neste momento a definir por não ter ocupação e que assim eventualmente, durante 9 meses, poderão estar a servir o público como nós estamos. São só nove meses, é só uma bolsa de 350 euros, mas enquanto estão nas escolas, ou nas ruas, ou na Câmara, ou nos museus em atividade, não estão em casa à espera que algo aconteça e sem saber o rumo que irão dar à sua própria vida. -----

Em termos de parque habitacional, temos verba alocada para essas habitações degradadas e temos a disponibilidade de cumprir o nosso programa, que é o programa com o qual nós por sufrágio estamos neste executivo e nesta assembleia e esse programa também implica a renovação do parque habitacional e esse vamos fazê-lo à medida que as oportunidades vão surgindo e que o nosso gabinete vá identificando os proprietários. -----

Quis também lembrar que a Universidade Sénior é um projeto de grande sucesso da Câmara Municipal, nos últimos 2 anos, vai deixar de estar ligado à Associação ALSUD de Mértola e vai passar a estar sob a gestão direta da Câmara Municipal, também é uma grande responsabilidade e esperam estar à altura desse projeto. É uma poupança significativa de verbas que podem alocar para outros projetos e que naturalmente fará jeito em termos de ação social. -----

Concluiu o Sr. Presidente da Câmara dizendo que o orçamento é exequível, agora depende dos senhores deputados a sua análise, a sua discussão e a sua aprovação. -----

**O Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito os deputados Andreia Guerreiro, José Romba e Luís Martins. -----

De imediato, o Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Andreia Guerreiro**, que se reportou à informação do senhor Presidente da Câmara quando este informou que a ALSUD vai deixar de ser a entidade coordenadora da Universidade Sénior, querendo saber de que forma irá funcionar agora a Universidade e solicitando um esclarecimento mais pormenorizado. Tendo em consideração que as verbas inscritas em orçamento são ligeiramente mais baixas do que as gastas anteriormente, a

deputada Andreia Guerreiro quis saber se isso vai ter algum reflexo na qualidade da Universidade Sénior e o porquê de serem mais baixas. -----

Referiu também que ao nível da cultura não estão consideradas neste orçamento verbas destinadas para alguns eventos de maior relevo, como por exemplo a FACAL, o Festival Escritas do Sul e o Summer End, contudo existem outros eventos já com verbas atribuídas, como a Feira do Cogumelo e do Medronho. Gostariam de compreender por que razão não estão estes eventos ainda com verbas estipuladas e estimadas e quanto é que está a pensar gastar nos referidos eventos, se é que já têm essa perspetiva. -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado José Romba**, que referiu o seguinte:-----

Relativamente às GOP e Orçamento para o ano 2018, gostaríamos que o Senhor Presidente da Câmara nos informasse do que se passa efetivamente com as obras em execução no concelho, nomeadamente e principalmente as seguintes:-----

A requalificação do recinto da Escola EB1 de Almodôvar que foi iniciada há bastantes meses e continua parada. O que é que se passa? Ainda estão 160 mil euros de previsão para 2018.-----

O Parque de Campismo e Caravanismo de Almodôvar parece estar parado. O que é que se passa? Ainda estão previstos gastar nesta obra 355 mil euros em 2018.-----

A Entrada Sul de Almodôvar está acabada? Ainda tem provisões de mais de 85 mil euros para 2018. É porque falta ainda alguma coisa ou não? -----

É que há dias anunciou com grande alarido na comunicação social a finalização da obra da Entrada Sul, facto que muito nos surpreendeu considerando alguns factos que passamos aqui a referir: -----

Em primeiro lugar chegou-nos ao conhecimento que o passadiço da ponte é bastante escorregadio e já causou inclusive 3 incidentes em situações de gelo ou chuva, não estando esta situação resolvida, pois ainda hoje lá passamos. Propomos que seja colocado pelo menos um aviso de piso escorregadio, ou que a ponte seja imediatamente encerrada aos transeuntes até estar solucionado o problema, que aumenta a sua perigosidade com o tempo chuvoso atual. -----

Em segundo lugar, sabemos que até ao momento existem proprietários dos terrenos abrangidos pela obra que não foram ressarcidos de acordo com as contrapartidas apresentadas pelos mesmos. Ao que questionamos para quando uma solução? -----

Em terceiro lugar, relembramos que também não estão escrituradas as parcelas solicitadas aos proprietários dos terrenos abrangidos pela obra, sendo que seguindo o raciocínio lógico a autarquia realizou intervenção em enormes quantidades de terreno que não eram da sua propriedade, e continuam a não ser oficialmente, sendo que apelamos à resolução desta situação o mais breve possível. -----

As casas de banho públicas na Rua de Beja, o que é que se passa? Parece que ainda está em projeto, mas houve muita pressa em retirar os equipamentos e privar a população em servir-se dessas instalações. Mesmo com alguma degradação eram muito úteis enquanto pudessem ser usadas, principalmente quando se realizam eventos na Praça da República, que já aconteceram entretanto, tal como as Escritas do Sul e mais recentemente a Vila Natal. Não se podia esperar pela consignação da obra

para se removerem os equipamentos e fechar completamente? Estaria mesmo em perigo de derrocada eminente? Porquê tal decisão? -----

Na requalificação urbanística da estrada da Aldeia dos Fernandes também parece que pára e anda devagar. Algum problema? O quê? Tem previsão de 324 mil e 500 euros de previsão para 2018. -----

O Cineteatro afinal está ou não acabado? Ainda constam na previsão de despesas para 2018 mais de 137 mil e 500 euros, que é para quê? Afinal para quando é a previsão de devolver aquele equipamento ao serviço público?-----

Requalificação do Largo de São Pedro em Almodôvar, como esta obra já foi inaugurada este verão pelo nosso Primeiro-ministro, pensámos que estava acabada, mas ainda aparecem previstos mais 73 mil euros em 2018. O que é que ainda falta? ---

E das obras novas em orçamento em 2018, só estão consideradas principalmente as obras de requalificação dos percursos pedonais de Santa Clara-a-Nova e do alargamento da estrada de São Barnabé, importantes sem dúvida. Então as outras também prometidas para começar em breve, que deveria ser em 2018, como é o caso por exemplo e nomeadamente dos arranjos urbanísticos da Estrada do Rosário? Continua com 10 euros de previsão para 2018 e 477 mil euros para 2019. Será desta? -

E a requalificação da estrada da Corte Zorrinho e a Estrada Municipal 515, que tem previsto 4 mil 750 euros para 2018 e zero para 2019. -----

E a requalificação da Rua de Beja, Rua Dr. João de Brito Camacho e ruas adjacentes, que aparecem com verbas de 10 euros para 2018 e 10 euros para 2019. Será ainda para 2020? -----

No entanto, aparecem previstos 500 mil e 500 euros para a reabilitação do Bairro Social das Eiras, para projeto de reabilitação de 10 fogos e arranjos exteriores, todos para 2018. Não se tinha conhecimento de tal. Queira fazer o favor de explicar que projeto é este.-----

Muito mais haveria para comentar e questionar sobre este documento das GOP e orçamento para o ano 2018, mas a seu tempo iremos fazendo os reparos e tentando alertar para o que considerarmos mais apropriado para os interesses da população do concelho de Almodôvar.-----

Prosseguindo, foi dada a palavra ao **deputado Luís Martins**, que começou por referir que o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano são por definição documentos previsionais que refletem as linhas gerais de orientação estratégica que o executivo da Câmara Municipal tem para o desenvolvimento do concelho. -----

Nessa ótica e ainda que considerando que o orçamento segue uma linha de continuidade na transição de projetos em curso do ano anterior e não esquecendo que o documento que agora discutimos é um documento para o próximo ano e não para os 4 anos de mandato, não deixa de ser importante que façamos desde logo uma análise às opções estratégicas que o atual executivo inclui neste documento e que deverão estar, em nossa opinião, em linha com o projeto eleitoral que foi sufragado pelos almodovarenses no passado dia 1 de outubro. -----

Ora, da análise que o Grupo Municipal do Partido Socialista efetuou ao presente documento, podemos verificar o seguinte: -----

É intenção do executivo municipal continuar a sua política de responsabilidade social de uma forma dinâmica e inovadora no apoio às famílias, ao emprego e à

educação, dando seguimento a uma série de medidas importantes com vista à melhoria da qualidade de vida dos munícipes e do combate às desigualdades. -----

Verificamos com agrado que o município continuará a ter uma presença forte na aplicação de medidas de apoios sociais na área da educação e da saúde, na promoção do envelhecimento ativo, na promoção da formação ao longo da vida e na promoção do emprego apoiado.-----

Da mesma forma, é possível aferir que existe da parte do executivo municipal uma estratégia com vista à melhoria da prestação do serviço público por parte do município, assente num plano de reforço do quadro de pessoal, de melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores do município e de um investimento na modernização administrativa e no atendimento público. São bons exemplos disso a intenção de conclusão da construção das oficinas municipais e a implementação do balcão único de atendimento, de onde se inclui a requalificação de parte do edifício antigo da Câmara Municipal há muito ansiado. -----

Da análise deste documento, também podemos verificar que é intenção do executivo municipal continuar a política de investimento em obras públicas, assente numa estratégia de coesão territorial, que visam reforçar a qualidade de vida das populações e tornar o território mais atrativo do ponto de vista social e económico. ----

Nesse sentido, verificamos com agrado que existe a intenção, durante o próximo ano, de estar em curso obras de requalificação urbana de saneamento básico ou de melhoria de acessibilidades nas 5 freguesias rurais do concelho de Almodôvar. Este documento, como todos sabem, e o Senhor Presidente também já teve oportunidade de reafirmar, poderá vir a sofrer no futuro algumas alterações na dotação das rubricas em resultado de vários fatores, desde logo com a introdução do saldo de gerência anterior ou da eventual concessão de apoios ao abrigo do quadro comunitário, e nele estão também previstas a realização de várias obras na vila de Almodôvar, no âmbito da requalificação urbana. -----

É também possível aferir da análise do presente documento, que o executivo camarário irá continuar com a sua política de aquisição de casas degradadas para reabilitação ou para resolução de problemas de saúde pública.-----

Da mesma forma, verificamos que o executivo camarário irá continuar a dar bastante atenção e bastante consideração ao movimento associativo, voltando a inscrever uma rubrica considerável neste orçamento. -----

Verificamos também que a cultura, o desporto e a promoção turística do concelho continuarão de braço dado numa estratégia de divulgação dos produtos endógenos, de promoção do património museológico e cultural e da gastronomia local, assente na realização de um conjunto de eventos e certames diversificados, que continuarão a atrair visitantes ao nosso concelho e a dinamizar a economia local.-----

É também possível aferir da análise ao documento, que é intenção do executivo continuar a sua política de apoio ao desenvolvimento e fixação de pequenos projetos empresariais, através da continuidade do programa de apoio ao micro empreendedorismo. -----

Por fim, mas não menos importante, registamos com agrado o compromisso do executivo em continuar o plano de rigor e equilíbrio na gestão das contas públicas do município, que a cumprir-se na sua plenitude poderá verificar-se no próximo ano a redução de mais 600 mil euros de dívida a médio e longo prazo da autarquia.-----

Por tudo o que atrás acabei de mencionar, o Grupo Municipal do Partido Socialista nesta Assembleia, entende que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano 2018 refletem, em parte significativa, a visão e estratégia que o Partido Socialista apresentou ao eleitorado nas últimas eleições e que mereceu a sua aprovação por larga maioria. Pelo exposto, estes documentos merecem a nossa concordância e irão merecer o nosso voto favorável e esperamos que assim seja de toda a assembleia.” ----

No uso da palavra, o **Presidente da Câmara** começou por agradecer a análise que o Grupo Municipal do Partido Socialista fez, referindo que lhe tiraram praticamente metade do discurso que tinha preparado. -----

Prosseguindo, agradeceu ao deputado José Romba e mencionou que iria explicar algumas das questões que colocou e que são pertinentes. -----

Começou por mencionar que há dois anos, nesta Assembleia, a oposição dizia que não havia obra e agora o senhor deputado acaba de enumerar bastantes.-----

Rosário, existe um plano para nós avançarmos em 2018 com os 477 mil euros preparados para 2019, só que não sabemos se iremos conseguir ter verba suficiente para iniciar o projeto. O projeto está pronto, como já disse, só espera de facto essa verba.-----

Relativamente à questão da verba que está alocada numa das rubricas para o Bairro das Eiras, para os 10 fogos, é um projeto que nós candidatamos e que tivemos o privilégio de ser sorteados com a aprovação que é um PAICD - Plano Geral de Recuperação de Bairros Degradados, que se aplica nalguns casos a bairros problemáticos, no nosso caso não temos, e encontramos soluções para repavimentar a zona adjacente a estes fogos que são municipais. Não sabemos se vamos conseguir de facto aplicá-lo já em 2018, até porque as verbas não estão completamente disponíveis, mas tínhamos que o considerar em receita e em despesa, porque ele faz parte dos nossos planos e já foi assinado na CCCR pela Câmara Municipal de Almodôvar e faz parte de um projeto já aprovado com um aviso chamado PAICD - Bairro das Eiras. No entanto, não pode dizer se obra vai ser feita já em 2018, porque ainda não definiram o projeto, depende ainda de uma série de situações, também da própria definição da CCCR. -----

Sobre Santa Clara e São Barnabé, são os dois projetos que mencionou e muito bem. Porquê? Porque o concurso público de São Barnabé está em última fase, está prestes a ser concluído e Santa Clara está adjudicado, contrato feito, tudo preparado para que a empresa comece o projeto, eventualmente ainda durante o mês de janeiro, daí estar com a dotação máxima em ambos os projetos, para assegurar o seu próprio concurso público. -----

Largo de São Pedro, a obra realmente acabou, o Senhor Primeiro-ministro deu-nos o prazer da sua visita cá, como sabem todos os deputados foram convidados, a obra do Largo de São Pedro está terminada. Mas acontece que ao efetuarmos essa obra, foi detetado que as infraestruturas que ligam a Rua do Bento Afonso à Ribeira de Cobres e a Rua Nova de São Pedro à Estrada Nacional 2 estavam completamente degradadas, daí que há necessidade de continuar a obra, não dentro do Largo de São Pedro, mas nessas ruas adjacentes. -----

Porque é que nós lhe chamamos Largo de São Pedro? É que a obra é financiada e este projeto adiciona mais 50 mil euros e estamos a fazer uma reprogramação que já

foi também ela aprovada na Câmara Municipal. Foi aprovada de maneira que a obra se chame a mesma coisa, porque eventualmente não vamos conseguir verba para uma Rua Nova de São Pedro ou para uma Rua do Bento Afonso, mas sendo o Largo de São Pedro, e como está aprovado, só não nos pagam se de facto não existir verba na CCDR, o que nesta fase, e tendo em conta a execução Nacional do Portugal 2020, acho que estamos com sorte e que vamos conseguir os 140 mil euros, custo total dessa obra a 85%.-----

Cineteatro, tem toda a razão, a obra está de facto terminada mas não está terminada. Porquê? Porque nós poderíamos abrir o Cineteatro amanhã, sem licença do IGAC e abrimo-lo, e está a funcionar para o público em geral, para reuniões, encontros ou para o que for necessário, mas não para emissão de espetáculos, porque nos falta a licença IGAC. E porque é que nos falta a licença IGAC? Deixem-me explicar mais uma vez, a culpa se calhar até é nossa, eu nunca disse que não era, falta-nos a licença do IGAC porque nós não conseguimos entregar-lhe o termo de responsabilidade do executante da obra e do projetista, porque a empresa faliu. Estamos a tentar negociar junto do IGAC e na primeira semana de janeiro tenho uma reunião precisamente para tentar encontrar soluções, para que o IGAC nos liberte dessa exigência, ou seja, que venha ter connosco e que verifiquem na obra se o projeto está conforme e se estiver aceitem o projeto conforme está, sem declarações de responsabilidade de uma empresa que não existe. A Costa & Carvalho faliu, o dono morreu, os engenheiros desapareceram e ninguém quer assumir um termo de responsabilidade porque não têm qualquer lucro ou qualquer situação em causa. Quem é culpado? A Câmara de Almodôvar, não tenhamos a menor dúvida, que contratou a empresa. De quem é a responsabilidade? Do anterior executivo e deste que está cá, nunca deixei essa parte de fora. Quando se contratou a Costa & Carvalho, podia-se ter contratado outra qualquer, foi a que deu o melhor preço, mas quem é culpado é a Câmara Municipal. De qualquer das maneiras havemos de conseguir resolver, o investimento está lá, já perdemos fundos comunitários com aquela situação, temos dinheiro em garantia, a obra está terminada. Se calhar faltam pequenos retoques, um fio que não funciona bem, o cabo da janela que não funciona bem, até porque a receção provisória não foi feita e logo existem valores afetos à obra de pequenas reparações que não estão pagos. Mas especialmente esta obra tem alocado 120 mil euros porquê? Porque nós temos uma serie de formações agendadas relacionadas com a parte do cenário técnico, com a parte da obra em si dos equipamentos que não podem ser pagos porque não há formação dada, só há formação quando aquilo estiver completo e a receção provisória assumida de maneira que o valor que o senhor deputado vê, e faz bem mencionar, refere-se a pequenas coisas que estão em obra, mas não é obra física, basicamente são valores a pagar por formação, pelos certificados técnicos e enquanto não vierem não se pagam. -----

Alguns daqueles valores, estamos com problemas também para os pagar, precisamente porque a empresa que assumiu a obra depois não se quer responsabilizar pelo equipamento que estava. Havemos de conseguir e acredito que no primeiro trimestre tudo estará resolvido.-----

Sobre a requalificação urbanística da Aldeia dos Fernandes, voltou novamente a frisar que a obra atrasou bastante, ponderou-se até em reunião de Câmara aplicar multas por incumprimento, mas chegou-se também à conclusão que houve outras

situações que impediram o normal desenvolvimento da obra, nomeadamente na parte das comunicações que não deram uma resposta rápida, que houve um terreno que liga a Aldeia dos Fernandes ao cemitério que não foi autorizado mexer nesse terreno pelo proprietário em tempo útil e tiveram que planear de outra forma, enfim, existiram algumas contingências, mas a contingência maior que existiu aqui foi verificar que a conduta da água que abastece a Aldeia os Fernandes estava obsoleta. Além do valor que os senhores deputados vêm, vai surgir um novo concurso, cujo contrato foi assinado hoje, com um valor aproximado de 80 mil euros, com IVA, para a substituição da conduta integral principal do ramal da Aldeia dos Fernandes. Com as máquinas em movimento, com o mexer nas terras, a conduta estava a rebentar permanentemente e era em fibrocimento, pelo que aproveitámos, já que estamos em obra, e mudámos também essa conduta, o que veio atrasar a obra em mais um mês, mas ela já está atrasada 4 a 5 meses. De facto gostaria de ter terminado aquela obra antes do dia 1 de outubro. -----

Quanto às casas de banho públicas na Rua de Beja, optou por fechá-la porque estava mesmo degradada, assume essa responsabilidade e também assume a responsabilidade do projeto não estar ainda a ser executado. A responsabilidade é sua, porque mandou fazer o projeto a uma empresa e esse projeto veio mal, acresce que na Câmara faltam-nos engenheiros para analisar os projetos, falta-nos um arquiteto para verificar se o projeto está em conformidade com as normas. De facto, a falta de pessoal técnico na nossa Câmara, conjugado com a morosidade do projetista para entregar o projeto, atrasou a situação. Julgo que no início de 2018 poderemos iniciar aquela obra, porém, nunca faltou casa de banho pública em eventos realizados na Praça da República, porque sempre lá colocaram um contentor. Ainda no último evento lá estive, na Rua do Arco, naturalmente não é a mesma coisa, sabe disso, mas tentam sempre remediar da melhor maneira possível. -----

Sobre o passadiço na Entrada Sul tem toda a razão, há um problema técnico do projeto, supõe que o projetista não pensou na questão e a pintura que aplicaram não é a mais adequada. Já tinha sido informado e até pensou que já lá tivessem colocado um aviso, mas assim sendo mandará colocar um aviso com brevidade. Não irá fechar a ponte por essa questão, até porque uma ponte em cima de uma ribeira pressupõe-se que em tempo frio haja geada, mas não se pensou na questão da humidade. A ponte tem uma pintura muito bonita, é uma obra muito bem acabada, o projeto está acabado, a culpa não é do projetista porque ele projetou aquilo que lhe pedimos, a culpa só é dele porque não se lembrou de verificar que com a humidade aquele piso era escorregadio. Mas a obra está terminada para aquilo que foi aceite pela Câmara, nós aceitámos assim, portanto temos que a assumir. Pedimos uma proposta do projetista para que nos dê uma tinta com anti derrapante, para que possamos mandar pintar ou encontrar qualquer outra solução, mas a obra está de facto terminada. -----

Quanto à questão da verba que está em orçamento, tem precisamente a ver com o facto de ainda faltar fazer 4 passagens e uns muros, para os proprietários que mencionou. Devo corrigir o senhor deputado numa situação, pois não fizemos nada para nenhum proprietário sem que fosse previamente negociado e autorizado, em nenhum caso, e se houve algum caso ultrapassou-o. Explicou que não cumpriram ainda na íntegra o acordado, mas vai ser tudo feito mediante o acordo que fizeram, tudo foi feito nesses termos, portanto não estão na intenção de enganar ninguém.-----

Temos um problema com o Instituto de Estradas de Portugal, nomeadamente na curva de um dos proprietários, à saída da ponte do lado direito, que queremos fazer o muro mais próximo da estrada e a IP quer uma distância regulamentar mais para dentro do terreno. Estamos a negociar com a IP para que não vá roubar tanto espaço ao proprietário, para que também esse proprietário não fique prejudicado, no entanto se houver necessidade de voltar atrás e efetuar algum pagamento para compensação, sempre estivemos disponíveis e estamos para o fazer. Nenhum dos proprietários exigiu qualquer pagamento, foi tudo negociado com obras porque assim o quiseram e nós estivemos sempre disponíveis para pagar. -----

Quanto ao Parque de Caravanismo e de Campismo, uma obra ganha por concurso público, houve alguns erros de projeto nesta obra, que estão a ser recuperados por um projetista de Évora. A obra está a avançar a um ritmo mais lento do que esperávamos, é verdade, não existe grande explicação quando um projeto não está logo inicialmente bem feito, foi verificado por uma empresa, mas há um compromisso do empreiteiro que a obra vai ser terminada até ao início do verão e esperamos que desta vez cumpra.

Entretanto existiu mais uma necessidade para efetuar na obra, que foi a ligação de esgotos pluviais e água potável ao Parque de Caravanismo, que não estava contemplado, e que vamos agora ter de fazer dentro do nosso Campo das Feiras. -----

Requalificação do recinto da EB1 de Almodôvar, o que é que se passou com esta obra? Esta obra foi ganha por concurso público, o empreiteiro achou que nós estávamos cá de olhos fechados e começou a fazer a obra e a soldar tubos com um diâmetro inferior àquele que estava preconizado no contrato. Naturalmente, logo que foi verificado mandaram parar a obra de imediato e exigiram que apresentassem um projeto que contemplasse o reforço dessas estruturas. Esse projeto chegou-nos sexta-feira, tínhamos os nossos técnicos de férias e foi enviado hoje para o projetista da BIPONTE, que foi o projetista inicial do cálculo estrutural daquela estrutura, para ver se confere, para saber se o reforço que fizeram no aço compensa os 10 mm que falhava na estrutura, porque não queremos assumir a responsabilidade de haver um vendaval e a companhia de seguros verificar o projeto, verificar as telas finais e ver que não coincidem com o que estava contratualizado. -----

De facto, estamos a ponderar agora também emitir um comunicado aos pais dos alunos, no sentido de solicitar as desculpas da Câmara Municipal, porque deveríamos ter a obra acabada no início do ano letivo e já passaram 3 meses e continua por fazer. Espero que nas próximas semanas a obra avance. -----

Relativamente à Senhora deputada Andreia Guerreiro, considerou muito pertinente a questão colocada. Os eventos culturais que promovem o turismo e trazem pessoas para Almodôvar, como sabe, acontecem praticamente todos os meses. Aqueles que estão dentro dos primeiros 4 meses e que mexem com este orçamento até à aplicação do saldo de gerência foram contemplados, mesmo que a dotação na rubrica não tenha sido exata, podemos sempre oscilar entre valores, eles estão lá. -----

Aquele que foi contemplado, e que se refere e muito bem que acontece em novembro, que é a Feira do Cogumelo, existe uma forte probabilidade desse programa ser candidatado ao Alentejo 2020. Existe uma forte probabilidade dentro do programa VALORIZAR, estamos a falar com as pessoas para tentar enquadrar aquilo numa aldeia de montanha, num programa de interior, tentar encontrar uma solução e até também relacionado com o próprio PROVER, de maneira que está dotado, ainda que não

suficientemente, para que, se isso acontecer, consigamos aprovar ao Alentejo 2020. Todos os outros eventos têm a explicação natural. Quando for aplicado o saldo de gerência dota-se as rubricas, não serão prioridade agora, porque acontecem mais tarde. Escritas do Sul acontece em setembro, o ALMARTE não vai acontecer este ano portanto não consta cá, vai acontecer o Mercado Medieval, já consta com dotação, pode não ser suficiente mas está cá, o Carnaval, que acontece em Fevereiro, também está devidamente dotado, o “*Summer End*” acontece em Setembro, portanto não tinha lógica nenhuma retirar agora dinheiro de rubricas que têm prioridade para colocar numa rubrica que só vai acontecer em setembro. Temos tempo em abril, na aplicação dos fundos de gerência, de dotar convenientemente todos aqueles que se enquadram dentro do primeiro trimestre e não foram contemplados, mas é uma observação que merece uma resposta e penso que tenha sido esclarecedor. -----

Sobre a Universidade Sénior tem de se adquirir muito equipamento, porque grande parte do equipamento vinha da Associação ALSUD, vamos ter de adquirir computadores portáteis e algum material também para os polos. Como sabem, temos 14 polos espalhados pelo concelho, são muitos professores, é uma logística muito grande e precisamos de assegurar que a qualidade que tinham antes continuem a tê-la agora, com uma vantagem, poupamos dinheiro porque não temos de pagar os custos da Associação, que tem de ter o seu devido lucro. Usamos pessoal do nosso em termos de gestão de técnicos afetos à educação, técnicos afetos à Câmara Municipal, que poderão colocar em prática os seus conhecimentos e justificar o ordenado diário que recebem na Câmara e por em prática esse projeto da Universidade Sénior. -----

Naturalmente, já teve a oportunidade de explicar aos alunos e aos professores, numa reunião que fizeram de início de ano letivo, que o primeiro mês eventualmente irá sofrer algumas contingências, há ajustes a fazer, mas chegaremos lá com certeza e espero que esta decisão de executivo tenha o seu mérito e continue a manter a Universidade Sénior no nível que está, mantendo a motivação dos alunos. Somos das maiores Universidades Sêniores do distrito de Beja, senão do Sul todo, em termos de afluência de alunos. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a **PROPOSTA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2018**, tendo a Assembleia Municipal, **por maioria**, com 17 votos a favor (PS), 4 abstenções (PSD), **deliberado** o seguinte: -----

**Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano 2018**, cujos documentos fazem parte integrante da presente ata, e ficam arquivados na Câmara Municipal. -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

A Senhora deputada Andreia Guerreiro, em nome do Grupo Municipal do PSD proferiu a seguinte declaração de voto: -----

Em primeiro lugar, dizer que analisamos com a atenção devida a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento que nos foi apresentada tanto no capítulo da receita previsível como na proposta de investimentos e outras despesas de funcionamento do município. -----

No campo da receita, em nossa opinião, estamos perante um orçamento que reflete a receita possível a arrecadar durante o próximo ano, pensamos que calculada de acordo com as regras que devem ser observadas nestes procedimentos, as dúvidas que manifestamos sobre estes documentos provisionais prenderam-se sobretudo com as dotações de despesa em muitas rubricas que estão insuficientemente dotadas. Já prevíamos que as explicações seriam que as verbas iriam ser reforçadas com a aplicação do saldo de gerência de 2017, mas são muitas, essas rubricas, mesmo em situações de despesas certas e permanentes que têm a ver com o normal funcionamento da autarquia, custos com pessoal e outras despesas de gestão corrente.-----

Também um conjunto de eventos que vão ser realizados praticamente não têm dotação como já alertamos e mesmo o conjunto global de despesas correntes previstas para 2018 é inferior em quase 1 milhão de euros ao que o município gastou este ano até 30 de novembro conforme pode ser verificado na informação financeira que nos foi prestada algo que não está bem explicado na elaboração deste orçamento. -----

No capítulo dos investimentos limitamo-nos a verificar que apenas se propõem concluir as obras em curso sem grande novidade neste caso a não ser um grande atraso em quase todas elas no que diz respeito aos prazos contratuais previstos achamos que estas GOP e Orçamento não estão equilibrados no que diz respeito às despesas correntes e de capital e que era possível e necessário para o concelho fazer diferente e fazer melhor, em suma, parece-nos um documento muito redutor para as expectativas criadas.-----

Apresentamos propostas em sede de discussão no executivo para que o documento fosse revisto de modo a poder libertar verbas que possibilitassem intervenções em três áreas que nos parecem prioritárias, por exemplo:-----

Educação - mais investimentos nas escolas do primeiro ciclo nomeadamente em equipamento pedagógico e informático que crie melhores condições de ensino de acordo com todas as exigências de um ensino moderno e atual; -----

Requalificação urbana - lançar no início do ano concurso público para a requalificação urbana das ruas do centro histórico da vila que ainda estão em falta recuperando todas as prerrogativas da ARU com os benefícios que daí podem ser retirados por todos os intervenientes;-----

No parque habitacional - dar um sinal mais forte já em 2018 relativamente à recuperação do nosso parque habitacional, isto é, maior dotação e disponibilidade de intervir em imóveis degradados e que possa reunir as condições para a sua aquisição e recuperação e posterior disponibilização a jovens casais ou outros como forma de incentivar a fixação de mais pessoas no nosso concelho.-----

Estas propostas não estão contempladas com verbas realistas e que demonstrem vontade de avançar no tempo imediato o que lamentamos porque nos parece que constituem prioridade no atual quadro de intervenção do município, neste contexto tomamos a posição que entendemos mais coerente iremos acompanhar o cumprimento do plano e a execução orçamental durante o ano 2018 sempre com a mesma atenção e sentido crítico construtivo.”-----

## **C.2 - MAPA DE PESSOAL PARA VIGORAR NO ANO DE 2018: -----**

O **Presidente da Assembleia** neste ponto referiu que todos sabem a necessidade que existe neste município, como até na maioria dos municípios, para preencher determinados lugares e, no caso em concreto, nomeadamente nas escolas são necessários colaboradores para o bom funcionamento das instituições.-----

Continuando, solicitou ao Senhor Presidente que fizesse sinteticamente as observações que entendesse serem pertinentes. -----

O **Senhor Presidente** informou que a Câmara Municipal neste momento tem 35 Técnicos Superiores, 119 Assistentes Operacionais e 35 Assistentes Técnicos, que estão divididos como até ao momento acharam por bem que estivessem. Existe a necessidade de alguns deles serem requalificados, existe a necessidade também do próprio governo assumir aquilo com que se comprometeu em descongelar as carreiras e vir nos próximos anos a colocar ou a reposicionar as pessoas tal como o acordo de trabalho assim permite. O município cumpre com todas as regras em relação aos funcionários, fomos dos pioneiros a implementar as 35 horas e somos sempre os primeiros a tentar encontrar as melhores soluções para os nossos colaboradores, sejam elas ao nível da Lei Geral, sejam elas ao nível interno com isenções de horário, com promulgação de atividades que promovam a equidade entre colaboradores, que promovam também a sua própria motivação, o que nem sempre é fácil, e que tentam encontrar as melhores soluções para que cada colaborador que está nesta autarquia se sintam a trabalhar condignamente. -----

Sabemos que os vencimentos da função pública não são os melhores, mas também sabemos que há outras regalias que outros colaboradores fora da função pública não têm. E sabemos uma coisa que é muito importante, que é a necessidade que nós temos em quase todos os setores de trabalho de rua e também nos setores da área técnica da nossa resolução e definição técnica da construção, das empreitadas, da análise de projetos, composição de projetos etc. Estamos muito desfalcados e a lei do orçamento de 2014, 2015 e 2016 não nos permitiu colocar pessoas, como vocês sabem. As razões já foram cá discutidas, porque não cumprimos um dos parâmetros em 2016, então já não nos foi possível colocar pessoas. Apresentámos em Câmara 4 propostas para colocar colaboradores, das quais só uma é que teve aceitação da então vereação e voltamos agora a apresentar estas propostas para o ano 2018. -----

Porque é que nós não apresentamos logo em 2017? Por uma razão muito simples. Já que elas não foram aprovadas até um período que permitisse que os funcionários entrassem no ano de 2017 e como o orçamento de estado para o ano 2018 também não modificou, optámos por verificar todas as necessidades de cada secção da nossa câmara e ir à procura de uma solução que enquadrasse o maior número de pessoas possível, para assim poder servir dignamente os munícipes do concelho. -----

A proposta que apresentamos é uma proposta que aumenta o número de funcionários da Câmara Municipal no próximo ano, se for concretizada na sua totalidade, ou eventualmente também passar para 2019 em 42 assistentes operacionais, menos qualificado tecnicamente mas de muita necessidade para os munícipes. Temos a proposta para colocar 7 assistentes técnicos e 9 técnicos superiores, divididos pelas áreas que os Senhores Deputados têm no vosso mapa. Em cada secção foram previamente consultadas as Chefes de Divisão e os responsáveis pelos serviços e não obstante terem pedido 80 ou 90 funcionários, a Câmara não

comporta essa estrutura e foram submetidos em termos de orçamento e planeamento este número que totaliza 63.-----

Como mencionei, foram também consideradas as requalificações possíveis dentro da Câmara, de Assistente Operacional para Assistente Técnico aquelas que nos foram possíveis requalificar, nos próximos anos outros serão, e foram considerados também até ao final do ano de 2018 os aumentos de vencimento do ordenado mínimo estipulados por lei, que passa para 580 euros.-----

Fizemos os possíveis, fizemos todas as análises possíveis e de facto o orçamento municipal comporta esta despesa.-----

A título de referência, devo dizer que o novo orçamento para 2018 vai significar cerca de 36,5% do nosso orçamento global se colocarmos os colaboradores todos em 2018, o que não vai acontecer, porque é quase impossível, porque são muitos, são muitos concursos públicos. Mas se fosse possível, estaríamos a falar num orçamento em que se contempla 36% para a gestão humana, 36% para as pessoas diretamente e que nos permite ampliar a nossa capacidade de resposta, melhorar a nossa qualidade de serviços, modificar e melhorar a nossa qualidade de resposta perante os munícipes e executar mais serviços diretos por colaboradores do município, fazer aquilo que nos diz respeito em termos de serviço municipal e naturalmente preencher os lugares que estão vagos nos museus que entretanto abriram. Temos um museu em Santa Clara que passa metade do tempo fechado porque não temos ninguém para lá colocar, o centro de emprego cada dia que passa tem menos pessoas disponíveis ao nível do desemprego e ao nível do emprego apoiado, tem menos programas que tinha há 4 anos atrás e alguns já não os tem, desde o património ou outros programas de apoio a desempregados e nós temos que encontrar soluções e a solução mais viável e mais coerente é colocar as pessoas por tempo indeterminado no município de Almodôvar.--

Sabemos que o nosso município tem uma importância muito significativa na gestão familiar, na fixação de famílias e no rendimento de cada família e naturalmente não queremos ser o único fazedor de bem nessa área, mas queremos ser um complemento e uma solução para os nossos munícipes.-----

Este orçamento, se assim for aprovado e se for completo até 2018, significa mais ou menos nas verbas totais, que serão depois revistas em 2019, uma verba na ordem dos 4 milhões e 500 mil euros para a gestão de pessoal e quando digo gestão de pessoal refiro-me a tudo aquilo que engloba os funcionários, desde os seguros aos vencimentos, ADSE tudo aquilo que mexe com o pessoal, a uma estimativa do subsídio de almoço, das verbas pagas por representação, dentro daquilo que nós temos disponível.-----

Estamos a falar de um orçamento que é possível e que só não será votado favoravelmente pelos senhores deputados se acharem que as pessoas não são importantes e a fixação das mesmas não é importante no nosso concelho, porque ele não coloca em risco nem em causa a nossa execução orçamental em termos práticos e em termos de capitalização e investimento, ou seja investimento de capital.-----

Só para terminar, em 2010 as despesas com pessoal significavam 4 milhões e 250 mil euros, em 2013 significavam 3 milhões e 800 mil euros, em 2016 significaram 3 milhões e 750 mil, portanto podem ver que fomos perdendo colaboradores, e estamos a falar de um acréscimo de orçamento de mais ou menos 700 ou 800 mil euros por ano.-----

É necessário? É muito dinheiro? É. Mas é necessário que o façamos, porque existiram inúmeras pessoas nestes últimos 6, 7 anos que saíram da Câmara, alguns infelizmente por morte, outros por reformas ou por mobilidade. Só no ano de 2017 tivemos pelo menos 6 situações, 3 de mobilidade e 3 de saídas por reforma, no próximo ano prevê-se 7 saídas por mobilidade e 2 saídas por reforma e a porta da Câmara está sempre aberta às mobilidades. As pessoas que não estão cá a tempo inteiro em termos de trabalho, em termos de empenho, em termos de motivação, porque têm uma situação melhor, há que aproveitar a situação melhor, há que aproveitar os estudos que fazem e seguirem o seu caminho e ir à procura de novas condições. E nós cá estamos de porta aberta para seguir vida e continuar e receber pessoas que queiram trabalhar e recorrer à Câmara Municipal como um meio de subsistência e naturalmente servir o público, que é aquilo que temos como objetivo principal.-----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** no âmbito deste ponto abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito os Senhores deputados Jorge Marques e Alexandre Figueiredo.-----

De acordo com a ordem da inscrição o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Jorge Marques**, que começou por dizer que após a análise do orçamento na parte que toca às propostas de admissão do pessoal, a sua bancada entende que a admissão de 63 pessoas é exagerada face à dimensão da realidade do concelho, observando que as despesas previstas representam cerca de 35% do orçamento, como o Senhor Presidente já referiu, e o aumento das 63 pessoas em função do efetivo atual representa 33%. Na opinião da sua bancada é um exagero, mas pelo que percebeu, não sabe se será assim ou não, o plano de admissões vai admitir pessoas ao longo de 2018 e, segundo lhe pareceu, algumas dessas pessoas irão ser admitidas só em 2019, não sabendo no entanto se já há algum plano de admissões feito.-----

Questionou também se essas 63 pessoas já estão inseridas nos cerca de 3 milhões e 900 mil euros, porque o Senhor Presidente referiu que algumas das pessoas passariam para o ano 2019.-----

Referiu também que gostaria de saber porque é que no orçamento estão consideradas uma verba de 210 mil euros para contratos de emprego/ inserção, 40 mil euros para programas municipais de ocupação temporária de jovens e uma rubrica intitulada “emprego apoiado no mercado aberto” onde estão cabimentados 162 mil euros e que gostaria que o senhor Presidente explicasse com mais pormenor. -----

Concluindo, disse que tinha mais questões para colocar, porém o Senhor Presidente na sua explicação já tinha respondido. -----

Prosseguindo, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Alexandre Figueiredo**, que referiu o seguinte:-----

“O Grupo Municipal do Partido Socialista congratula-se com o facto de o Mapa de Pessoal a vigorar no ano de 2018 contemplar a possibilidade de admissão de 62 novos trabalhadores para o município.-----

De facto, é do conhecimento geral que atualmente o número de trabalhadores da Câmara Municipal de Almodôvar é manifestamente inferior àquele que num cenário ótimo seria adequado às respetivas necessidades. Este défice de trabalhadores, é

importante dizê-lo, decorre de um conjunto de circunstâncias relativamente às quais o município é alheio e que se concretizam nomeadamente na vigência de quadros legais que colocavam entraves à admissão de novos trabalhadores e no alargamento das áreas de intervenção da Câmara Municipal de Almodôvar que, por impedimento legal, não era acompanhado pelo aumento do quadro de pessoal necessário para fazer face a estas novas necessidades. Acresce que, para além de suprir as necessidades de pessoal da Câmara Municipal, esta medida terá igualmente a virtualidade de combater a taxa de desemprego registada no concelho de Almodôvar e por essa via contribuir para a fixação de famílias no nosso concelho, um tema central para este executivo e que de facto assume uma relevância capital no desenvolvimento económico e social de qualquer região. -----

Uma vez mais verificamos com satisfação que a preocupação com as pessoas, reiteradamente manifestada por este executivo, se concretiza em políticas efetivas, com um inquestionável benefício para a população do concelho de Almodôvar. Importa ainda não esquecer que o aumento do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Almodôvar permitirá reduzir a necessidade de recurso ao trabalho temporário, combatendo por essa via os vínculos precários, adicionalmente um maior número de trabalhadores ao serviço da autarquia, significa um menor recurso ao trabalho suplementar, com ganhos evidentes não só para a autarquia mas também para os próprios trabalhadores que, não sendo requisitados com tanta frequência para prestar trabalho suplementar, dispõem naturalmente de mais tempo livre para dedicar às suas famílias.-----

Neste contexto, e com a garantia da manutenção de sustentabilidade financeira da autarquia, consideramos que a possibilidade de admissão de 62 novos colaboradores para o município consubstancia uma medida benéfica para a população do concelho de Almodôvar, merecendo como tal o voto favorável do Grupo Municipal do Partido Socialista.” -----

Tomando a palavra, o **deputado José Germano** disse que quando se fala que não é preciso mais pessoal é porque não sabem a carência que as Juntas de Freguesia têm. Por exemplo, na escola primária muitas vezes vêm-se aflitos e é ele e o seu colega que vão à escola varrer, não têm pessoal. Colocam lá uma senhora durante uns meses, depois sai e ficam sem ninguém, ficam sem auxiliares. Nas ruas querem uma pessoa para varrer e não têm porque os programas do Centro de Emprego acabaram e depois o que é que querem que se faça?-----

Considera que faz falta pessoal, não só para os serviços dentro da Câmara mas também, e principalmente, para os serviços externos, porque lá fora precisam de pessoal para varrer as ruas, as Juntas de Freguesia precisam de pessoal e não têm capacidade financeira para contratar pessoal e os senhores deputados sabem que a lei não permite. Espera que essas pessoas entrem para irem colmatar esse problema que existe, porque é extremamente importante e por certo iremos ter as nossas ruas mais limpas porque temos mais pessoal. Se estas pessoas não entrarem é um bocado complicado, porque quem não está nas Juntas não sabe o que é os problemas do dia-dia. Só quem lá está é que sabe, por isso acha que não são de mais, mas que os mandem também para as Freguesias, que não fiquem só aqui dentro porque fazem falta lá para fora. -----

O **Presidente da Assembleia**, usando da palavra, quis também acrescentar uma nota para ajudar à discussão do pessoal, referindo, nomeadamente, a falta de pessoal nas escolas. Referiu que existe uma grande carência de pessoal, que há poucos funcionários afetos ao serviço nas escolas e as pessoas vão rodando bastante de acordo com os Programas Operacionais do Centro de Emprego. Acresce que quando as pessoas começam mais ou menos a inteirar-se das funções, porque são questões muito específicas lidar com crianças e saber como as tratar, quando as pessoas começam a estar integradas nos serviços acaba o contrato, acaba o programa e têm de sair. As Escolas têm uma grande necessidade de pessoal efetivo e pelo menos nesse aspeto deve-se colmatar esta necessidade. -----

O **Presidente da Câmara** começou por agradecer as intervenções dos senhores deputados e dar as boas vindas ao Senhor Jorge Marques. -----

Respondendo ao deputado Jorge Marques, referiu que de facto vão aumentar em cerca de 30% o pessoal, não conseguirão no ano de 2018 preencher o quadro todo como têm previsto, até porque um concurso público demora cerca de 6 meses. Portanto o que está aqui considerado em orçamento na folha dos senhores deputados são os 6 meses, na minha folha está o ano todo, consideram a partir de junho, consideraram todos, não obstante de saberem que eventualmente não será possível.--

Existe um plano de admissão, sabemos de antemão que alguns dos colaboradores menos necessários para já só entrarão em 2019, a não ser que consigam entrar em dezembro, no entanto, está acautelado no orçamento na íntegra como se entrassem em junho. E para quê? Para permitir também que possamos ver no orçamento, nas contas, a nossa capacidade financeira para gerir esses recursos humanos, para não colocar em risco a gestão normal do município em termos de conta corrente. -----

O deputado Jorge Marques falou também na questão dos 210 mil euros e tem razão. Essa verba está lá por duas razões: a primeira é que existem quase 80 mil euros cativos que transitam de 2017 para 2018 em programas que estão em curso e que temos naturalmente que pagar aos colaboradores que lá estão e temos de ter essa verba alocada para garantir o pagamento de alguns colaboradores até maio, junho, Julho, consoante a data que entraram. A outra razão foi que não se preocupou em mandar retirar o valor que ficou do ano passado, sendo que no ano passado tínhamos 150 mil euros em orçamento que gastamos e, deixei estar o mesmo valor mais 80 mil euros que estão alocados para perceber se, mesmo não precisando das pessoas em 2018, aquela verba estaria a mais. Digamos que joguei um bocadinho com o orçamento para perceber o que me sobrava no orçamento e se essa verba estava a mais. Assim como outra verba que os senhores deputados por acaso não repararam que está alocada para assegurar o trabalho, principalmente nas escolas, contratou uma empresa de trabalho temporário que tem lá colocadas 15 pessoas. Quinze pessoas, a uma média de mil euros por mês dá 15 mil euros, vezes 14 meses dá 210 mil euros. Se somarmos os 210 mil euros da empresa temporária com os 150 mil euros do programa do Centro de Emprego, dá-nos um valor de 360 mil euros, ou seja, depois destes funcionários todos serem colocados, estamos com uma margem de 360 mil euros, o que tirando as avenças da precariedade que se falou há pouco, dá-nos quase 400 mil euros, que somados aos 400 mil que nós temos dos primeiros 6 meses estamos

perfeitamente à vontade em termos de gestão financeira. Foi este "jogo" que fez em folha de Excel para perceber até onde é que podiam ir. -----

Não critica a posição dos deputados, a oposição quando mencionam que são colaboradores a mais, é natural, alguma coisa terão que dizer, mas não são a mais, nós precisamos mesmo deles, os serviços pediram mais do que isto, as Juntas precisam, a Junta de Freguesia no caso do deputado que também é Presidente de Junta da Aldeia dos Fernandes não têm a mínima capacidade de contratarem um colaborador, nunca teve em tempo nenhum, desde que a junta foi criada até hoje, não tem, as verbas que recebem do FEF, dos impostos e as verbas que a Câmara lhe paga não chegam para manter a Junta a funcionar, despesas, seguros, gasóleo, vencimento das funcionárias mais um funcionário para as rua não têm essa capacidade. A cada mês que passa, como já mencionou, existem menos programas aos quais nos possamos socorrer para colmatar estas falhas. Temos que encontrar soluções, ou optamos pela empresa de trabalho temporário e pagamos 10% ou 15% a mais, o nosso até está bem negociado e não chega a 10%, ou optamos por trabalho de fixar pessoas com mais credibilidade, em que aprendem e ficam cá, em que não acontece que passados 2 ou 3 meses e depois de já saberem o trabalho, têm de se ir embora e voltamos à estaca zero. De facto se queremos dar esse serviço, temos que optar por uma linha estratégica que é ter a Câmara "apetrechada" com as condições de servir quem precisa. Se cada vez queremos abrir mais museus, queremos garantir melhor serviço, temos que ter cá dentro as pessoas a trabalhar. -----

Na folha dos deputados estão só seis meses, na minha tenho mais, e por isso eu mencionei há bocadinho 4 milhões 482 mil euros e vocês só têm aí 3 milhões e 900 mil, porquê? Porque há um diferencial de 500 mil euros que estão nas minhas folhas, nas minhas contas, mas que não constam nas vossas porque não fazem parte do orçamento. Nas minhas folhas tenho um planeamento de um ano, senão não colocaria 60 pessoas, colocaria 30, mas se vejo que é possível, se o Gabinete de Planeamento em conjunto comigo e com os Vereadores chegaram à conclusão que isso é possível, então não vale a pena estar a esperar mais tempo, até porque nos últimos 10 anos perdemos muitas pessoas, como os senhores deputados sabem e pelas razões que já invocou. ----

**O deputado Jorge Marques** questionou quantas dessas 63 pessoas vão ser alocadas às Juntas de Freguesia. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que não tem plano decidido para as Juntas de Freguesia, geralmente a Câmara dispensa um funcionário para cada Junta. Tem sido protocolo da Câmara Municipal colocar em cada Junta de Freguesia um colaborador, Almodôvar tem, a Aldeia dos Fernandes tem um colaborador, que até pediu mobilidade para Ourique há um ano e meio, só não foi porque não é possível, não podemos deixar a Junta sem uma pessoa que conduz uma carrinha, o Rosário tem um colaborador, Santa Cruz não tem colaborador neste momento, tinha um mas de momento não tem, São Barnabé não tem porque o colaborador faleceu, Santa Clara tem mas vai-se reformar no próximo ano, todas as Juntas regra geral têm lá colocado um colaborador e agora com o Gabinete que abrimos, temos possibilidade de apoiar ainda mais diretamente as Juntas e aferir as suas necessidades. Tem sido protocolo desta Câmara, desde o tempo do Presidente Saleiro ou Ribeiro, disponibilizar um

colaborador para apoiar nos serviços e às vezes até trabalho em conjunto com a Câmara no âmbito do apoio nas Juntas.-----

Não temos plano nenhum definido relativamente à colocação de colaboradores nas Juntas, mas vamos apoiar certamente, até porque as Juntas são parte do município e o município somos todos nós, não vale a pena estarem trabalhadores aqui encostados à espera de um trabalho, quando nas juntas há trabalho para fazer.-----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação o **MAPA DE PESSOAL** do Município de Almodôvar para vigorar no ano de 2018, e respetivos anexos, elaborado nos termos do disposto no artigo 29.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, acompanhados da Proposta n.º 46/PRESIDENTE/2017, que foram **aprovados por maioria**, com 17 votos a favor (PS) e 4 abstenções (PSD).-----

**C.3 - PROPOSTA REFERENTE À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS — DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CÂMARA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO (LCPA), ALTERADA EM ANEXO À LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO E NO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, ALTERADA E REPUBLICADA PELO DECRETO-LEI N.º 99/2015, DE 2 DE JUNHO:**-----

O **Presidente da Assembleia** submeteu à apreciação a Proposta n.º 45/PRESIDENTE/2017, exarada em 05 de dezembro de 2017, que se transcreve:-----

**“PROPOSTA N.º 45/PRESIDENTE/2017 -----  
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA) -----  
CONSIDERANDO:-----**

*O disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que determina que a abertura de procedimento reativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, **não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal**, salvo quando:-----*

*a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----  
b) Os seus encargos não excedam o limite de **€99.759,58**, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----*

*O disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada em anexo à Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que disse que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, **está sujeita**, no que respeita as entidades da administração local, **a autorização prévia da Assembleia Municipal**.-----*

*Que o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, diploma que regulamenta a citada Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, conforme disposto no art.º 12.º, estabelece que a **referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento**.-----*

*O disposto no n.º 3 do artigo 6.º da referida LCPA, que permite, nas situações em que o valor do compromisso plurianual seja inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo*

22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que a competência atribuída à Assembleia Municipal possa ser delegada no Presidente da Câmara; -----  
Que, não obstante o atrás exposto, se entende que a referida delegação deverá recair sobre a Câmara Municipal e não sobre o seu Presidente, **impondo-se, conseqüentemente, que a Câmara Municipal solicite a referida autorização prévia a Assembleia Municipal**, nos mesmos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o disposto no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambas na sua atual redação, dado que parte do citado normativo foi derogado pela Lei dos compromissos (art.º 13.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação).-----

**PROPOE-SE**, por motivos de **simplificação, celeridade processuais e eficácia**, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Sector Público Administrativo, **que a Assembleia Municipal delibere**, relativamente à Câmara Municipal:-----

**1.** Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, **emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal**, nos casos seguintes:-----

a) Resultem de projetos, ou ações de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e Orçamento;-----

b) Os seus encargos não excedem o limite de **€99.759,58** em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----

**2.** A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.-----

**3.** O regime de autorização ora proposto seja aplicado à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que venham a produzir efeitos a partir de **2 de janeiro de 2018**.-----

**4.** Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal seja presente uma informação, na qual conste os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.-----

**5.** Que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a presente proposta seja aprovada em minuta.”-----

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia** referiu que como tiveram oportunidade de verificar através dos documentos que foram enviados, que por uma questão de simplificação de processos, de eficácia e de celeridade, a Lei permite que a Assembleia Municipal possa autorizar a autarquia a assumir compromissos em determinadas circunstâncias e que o Senhor Presidente da Câmara fará o favor de esclarecer o mais sinteticamente possível.-----

O **Presidente da Câmara** explicou que a Lei exige que todos os procedimentos que sejam plurianuais venham à Assembleia Municipal para aprovação prévia, mas há outra Lei que nos diz que se a Assembleia Municipal aprovar, a Câmara está isenta dessa pré-aprovação até ao valor de €99.759,58, desde que informe na sessão da Assembleia seguinte os compromissos assumidos. Pretende que se aprove essa isenção, como sempre se fez, para que possamos a nível de Câmara, naqueles projetos mais pequenos, não ficar à espera de aprovação da Assembleia. Essa competência fica delegada na Câmara, que depois é obrigada a apresentar uma relação de todos os compromissos plurianuais que aprovou.-----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, não se tendo inscrito ninguém. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta referente à Assunção de Compromissos Plurianuais - Delegação de Competências na Câmara, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro (LCPA), alterada em anexo à Lei n.º 22/2015, de 17 de março e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, a qual foi **aprovada por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD). -----

**C.4 - LOCAÇÃO FINANCEIRA PARA FINANCIAMENTO, PELO SISTEMA DE LEASING, DA AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PESADO DE PASSAGEIROS, COM LOTAÇÃO DE 55 LUGARES + MOTORISTA + TRIPULANTE, À EMPRESA AUTO-SUECO, LD.ª:** -----

O **Presidente da Assembleia** referiu que relativamente a esta questão os senhores deputados tiveram oportunidade de ler nos documentos que o autocarro é uma necessidade premente do município. Para quem conhece, sabe que o autocarro que o município dispõe tem um “período de validade” no que concerne, em concreto, ao transporte de crianças, nomeadamente, o transporte dos alunos das nossas escolas e que faz bastante falta especialmente para as visitas de estudo. No ano letivo anterior, a Câmara já teve que encontrar um processo diferente, uma outra alternativa de poder proporcionar aos alunos as visitas de estudo a que eles têm direito e que fazem parte da sua formação quer pessoal quer também a nível de conhecimentos.

Proseguindo, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, para que clarificasse algumas situações que achasse por bem esclarecer relativamente a esta questão.-----

O **Presidente da Câmara** disse que pouco tem a acrescentar, tendo em conta que o Senhor Presidente da Assembleia já explicou praticamente tudo em relação ao histórico e à necessidade do autocarro. -----

Falta dizer que houve um concurso público internacional e que foi rececionada uma única proposta, apresentada pela empresa Auto-Sueco, Lda, no valor de 231 mil euros mais IVA e que a proposta que apresentamos é precisamente para adquirir esse autocarro com lotação de 55 lugares, mais motorista e tripulante, numa despesa no montante global estimado de 270 mil euros mais IVA, de maneira que o possamos fazer em 5 anos. Vamos abrir concurso público para uma operadora de Leasing, para encontrar a melhor taxa. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, não se tendo inscrito ninguém. -----

Não havendo pedidos de intervenção o Presidente da Assembleia colocou à votação, a **Proposta n.º 52/PRESIDENTE/2017**, exarada em 19 de dezembro de 2017, a qual foi **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD). -----

**C.5 - ENCARGOS DECORRENTES DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO CELEBRADOS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA E RESPECTIVA MONITORIZAÇÃO PARA O QUADRIÉNIO DE 2017/2021:** -----

O **Presidente da Assembleia** referiu que também como tiveram ocasião de ver pelos documentos que receberam, esta delegação de competências já é efetuada há alguns anos. É uma forma de articular os órgãos das autarquias, uma forma deles colaborarem ativamente e efetivamente entre si. Quer isto dizer que é uma entreajuda que os órgãos prestam uns aos outros, no sentido de rentabilizarem recursos e tornarem os serviços mais eficazes. É por isso que esta delegação de competências, numa ótica de melhoramento dos serviços prestados às populações, se torna absolutamente necessária, conforme é o entendimento da Câmara Municipal e esperemos que também seja esse o vosso entendimento.-----

Prosseguindo, deu a palavra ao Presidente da Câmara, para se pronunciar sobre a matéria em análise. -----

O **Presidente da Câmara** mencionou que este processo de delegação de competências é um processo comum nas Câmaras Municipais, que auxilia e em muito as Juntas de Freguesia, para que elas tenham mais verbas para executar os trabalhos que necessitam. Mas, por outro lado, também auxilia a Câmara Municipal para que nas diferentes freguesias, muitas vezes bastante distantes da sede do concelho, a própria Junta execute esses trabalhos no local e não tenhamos que fazer a deslocação que às vezes pode significar meia dúzia de horas de trabalho só em viagem, como é o caso da freguesia de São Barnabé. -----

Os valores apurados foram analisados em reunião com os Senhores Presidentes, Vice-presidentes e Tesoureiros das Juntas, onde não houve qualquer objeção aos valores apresentados, nem no momento, nem à posteriori. Julga portanto estar a efetuar uma delegação de competências com valores corretos, no entanto sempre passíveis de pequenos ajustes caso seja necessário e desde que venham à Assembleia Municipal. -----

O valor global a atribuir é de 221 mil euros para as 6 Freguesias.-----

Continuando, o **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o deputado Domingos Romba. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Domingos Romba**, que mencionou ser uma honra estar aqui com esta Assembleia que está a decorrer com todo o respeito e dignidade.-----

Continuando, disse que sobre este tema gostaria de dizer o seguinte: Faz parte do concelho geral da ANAFRE e foi a uma reunião que decorreu em Mafra, onde teve oportunidade de falar com muitos Presidentes de Junta a nível nacional e congratulou-se com o seguinte: -----

Os Presidentes de Junta a nível nacional, debatem-se com 3 pontos fulcrais, as transferências financeiras para as Juntas, as atribuições de competências e a falta de pessoal e estes são os temas principais das reuniões dos Presidentes de Junta em todo o lado. -----

Quando lhes disse que recebia aproximadamente 65 mil euros da Câmara de Almodôvar, houve muitos colegas seus que ficaram um pouco perplexos. Os Presidentes de Junta têm cada vez mais competências, só que não vêm acompanhadas de transferências financeiras e muitas vezes vêem-se aflitos para concretizar os seus projetos. As Juntas têm capacidade para fazer e são elas que estão mais próximos das

populações a toda a hora, ouvem as suas queixas, aquilo que elas precisam e a maior parte das vezes torna-se difícil concretizar o bem-estar e socorrer as populações. -----

A Câmara de Almodôvar, nesse aspeto, tem estado com todas as Juntas, tem colaborado com todas elas e dado o seu contributo. Assim, para além do que recebe do FEF, irá receber mais este suplemento trimestral. -----

O problema das Juntas é muitas das vezes a “ginástica” que têm de fazer, aquilo que querem fazer para as pessoas e não têm hipóteses de o fazer. A Lei das Finanças locais tem tirado dinheiro às Juntas, o próprio estado não está a colaborar com as juntas, é isto que foi dito nessa reunião e há-de ser dito no congresso em Viseu. Qualquer pessoa que está no cargo de Presidente de Junta tem por objetivo servir a população e ajudar quem realmente mais necessita. -----

Os colegas Presidentes de Junta que estão aqui, os seus antecessores que passaram por cá, falavam da mesma maneira, os Presidentes de Junta têm sonhos, querem fazer qualquer coisa por alguém e não podem porque não têm verbas para isso e por isso é uma luta tremenda que está a travar no concelho geral da ANAFRE. -----

O Estado tem de dar condições, as Juntas trabalham mas parecem uns mendigos, para conseguir arranjar dinheiro para fazer os projetos que precisam de ser feitos. -----

Disse a muitos dos colegas, que recebem zero cêntimos das Câmaras em execução de competências, que aqui em Almodôvar não há muito esse problema, porque a Câmara ajuda, temos uma mais-valia nesse aspeto e nisso orgulha-se de estar cá como Presidente de Junta. -----

Também no uso da palavra, o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia dos Fernandes referiu que um dos nossos problemas é a falta de pessoal, vamos ao Centro de Emprego e não há pessoal no fundo de desemprego, não há RESI, há apenas uns acordos com pessoas incapacitadas. -----

Temos um problema muito grave com as Juntas de Freguesia que vai ser tratado no próximo Congresso, vamos falar, que o próprio Estado tem que olhar mais e com mais responsabilidade para os executivos das Juntas e para os órgãos das Juntas. As juntas precisam e são elas que estão mais perto das populações. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação **Acordos de Execução de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia** do concelho, os quais foram **aprovados, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD).-----

#### **C.6 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE ALMODÔVAR:**-----

O **Presidente da Assembleia** referiu que, como tudo nesta vida nada é estanque, as coisas vão-se alterando e nós vamos sempre sentindo a necessidade de alterar as coisas. Por vezes há necessidade de melhoramentos dos serviços e isso vai-se verificando com o seu funcionamento do dia-a-dia, falando com as pessoas que trabalham diretamente nos serviços, ouvindo a sua opinião, procurando sempre fazer melhor.-----

É nesse aspeto que o Regulamento do Mercado Municipal, tal como outros Regulamentos provavelmente vão ser alvos de alterações, que os senhores deputados também tiveram oportunidade de tomar conhecimento. -----

Prosseguindo, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, para fazer uma explicação o mais sintética possível.-----

O **Presidente da Câmara** disse que o Mercado Municipal é um espaço aberto ao comércio de toda a gente e isso tem acarretado alguns problemas, nomeadamente naqueles comerciantes a quem nós vulgarmente chamamos de “tendeiros”. Não é a expressão mais correta mas é a que nós usamos para designar aqueles que aparecem com o melão, o tomate ou outro produto qualquer que apanharam no meio da estrada e vêm vender e o regulamento que o Mercado Municipal tem permite que isso aconteça. -----

O que vai acontecer a seguir é que o comerciante que está lá todos os dias no Mercado acaba por levar o produto que não vendeu para casa, estragá-lo, pagou os impostos, trouxe a fatura e o outro comerciante que apareceu com a carrinha carregada de roupa, e simultaneamente trazia 3 caixas de melão, levou o dinheiro, não paga um cêntimo de imposto e estragou o negócio a 4 ou 5 que estão lá todos os dias.-

Para dar a volta de uma maneira sintética o que é que nós pensamos fazer? Pensámos criar a obrigatoriedade de que se o comerciante for do concelho pode ter essa banca virtual em que utiliza, paga e vai embora, se não for do concelho, só pode utilizar através de hasta pública para atribuição dessas bancas.-----

De uma maneira geral tentamos eliminar que os curiosos aparecessem no Mercado Municipal, metessem a sua banca, vendessem ao preço de custo, não paguem impostos e fossem embora, permitindo assim que os comerciantes locais que estão lá todos os dias possam usufruir do espaço, não ser donos e reis mas ter mais benefícios que outros que apareçam simplesmente ambulantes, vão embora e nunca mais cá venham. Julgamos ser uma boa solução, que iremos testar se os senhores deputados aprovarem.-----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** no âmbito deste ponto abriu as inscrições para intervenções, não se tendo verificado nenhuma inscrição.-----

Prosseguindo, o Presidente da Assembleia colocou esta matéria à votação, tendo a Assembleia, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD), **deliberado**: -----

Nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **aprovar a Alteração ao Regulamento do Mercado Municipal de Almodôvar**. -----

**C.7 - CONVITE DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR À ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DO CONCELHO DE ALMODÔVAR – ACIECALM, COMO ASSOCIADO COOPERANTE**:-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e explicou que esta Associação, como os senhores deputados tiveram ocasião de ver na documentação que lhes foi enviada, é uma Associação recentemente criada, cujos objetivos e teor do convite de adesão o Senhor Presidente passará a explicar, para depois merecer ou não a aprovação desta Assembleia.-----

Prosseguindo, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, para se pronunciar sobre a matéria em apreço.-----

O **Presidente da Câmara** explicou que somos Associados Cooperantes desta Associação, no sentido de apoiar a mesma, para que os comerciantes de Almodôvar possam ter aqui algum apoio. É uma Associação recentemente criada e julgamos que poderá ser uma boa solução para o concelho, no desenvolvimento, na procura de soluções e estratégias de apoios comunitários, de apoio jurídico, aquilo que for necessário aos comerciantes, em troca de uma cota cujo valor desconhece neste momento. A Câmara de Almodôvar não irá pagar qualquer cota para ser associada, vai ser um parceiro institucional durante os primeiros 2 ou 3 anos, até a Associação se implementar no concelho e a nossa contribuição será a cedência de uma sala no Centro Coordenador de Transportes, sala da própria Câmara Municipal, com o empréstimo de um computador e o pagamento de eletricidade dessa sala durante os primeiros 3 anos, a ver se realmente a Associação tem pernas para andar e pode estimular o negócio e a procura de investimentos para Almodôvar. -----

Também nos comprometemos no primeiro ano em encontrar um estagiário do centro de emprego e patrocinar os 15% não comparticipados pelo IEF, para que a Associação tenha lá uma pessoa pelo menos para iniciar as suas funções. -----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** no âmbito deste ponto abriu as inscrições para intervenções, não se tendo verificado nenhuma inscrição. -----

Estando a Assembleia esclarecida e não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta n.º 44/PPRESIDENTE/2017, tendo a Assembleia, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS e PSD) **deliberado aprovar o convite de adesão do Município de Almodôvar à ACIECALM** - Associação Comercial, Industrial e Empresarial do Concelho de Almodôvar como Associado Cooperante.-----

**C.8 - CONHECIMENTO SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS CONSTANTES NA TABELA ANEXA AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, PARA VIGORAR NO ANO ECONÓMICO DE 2018;** -----

Sobre esta matéria, o **Presidente da Assembleia** disse que de acordo com a informação que lhes foi facultada, as taxas foram aumentadas em 1,4% e solicitou ao Presidente da Câmara, para se pronunciar sobre a matéria em análise.-----

O **Presidente da Câmara** referiu que tal como o senhor Presidente da Assembleia acabou de mencionar, houve um índice do preço do consumidor em que resumiram que a variação média de preços subiu cerca de 1,4 % e nós estamos a adaptar a Tabela De Taxas e Licenças do município a essa subida.-----

De salientar também que essa subida já está incrementada no orçamento das GOP para 2018 e quero deixar logo aos senhores deputados a informação que a nossa Tabela de Taxas tem de ser completamente revista no decorrer de 2018, por necessidade jurídica, porque há índices que estão aqui e não têm fundamentação jurídica e a mesma tem que estar apresentada para que ela tenha legalidade. -----

Portanto, esta é uma atualização normalíssima das taxas por imposição da subida de preços ao consumidor, mas no decorrer de 2018 surgirá aqui uma alteração a sério proposta pela Câmara Municipal. -----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** no âmbito deste ponto abriu as inscrições para intervenções, não se tendo verificado nenhuma inscrição.-----

**A Assembleia tomou conhecimento da atualização da Tabela de Taxas** que deverá acompanhar a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2018, para, em conjunto, vigorarem a partir do dia 02.JAN.2018; -----

**C.9 – CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:**-----

O **Presidente da Assembleia** deu conhecimento da seguinte informação exarada em 14 de dezembro de 2017: -----

***“LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS  
E A ASSUMIR A PARTIR DO DIA ONZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE ATÉ DIA TREZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE***-----

*Na sequência da Proposta n.º 155/Presidente/2016, formulada pelo Exm.º Sr. Presidente da Câmara, em 10 de novembro e em conformidade com a da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, submete-se à apreciação dos órgãos municipais a informação sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da referida autorização, desde o dia onze de novembro, até treze de dezembro de dois mil e dezassete:* -----

Fornecedor	Designação do fornecimento ou empreitada	Valor do contrato	Data do contrato	Prazo de fornecimento/execução
PARABOLSOM - PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS, UNIPessoal, LDA	Aquisição de Serviços – Aluguer, montagem e desmontagem da iluminação de Natal 2017, assim como o som de linha nas ruas do centro da Vila de Almodôvar	€20.000,00	30.nov.2017	45 dias
EEW, LDA	Aquisição de Serviços – Aluguer, Montagem e desmontagem de Casa de Pai Natal e Pista de Gelo, em Almodôvar, no âmbito da atividade "Magia de Natal 2017"	€21.800,00	11.dez.2017	45 dias

Sobre a matéria em análise, o **Senhor Presidente da Câmara** disse que está aqui precisamente o exemplo daquilo que aprovaram há pouco, quando existem compromissos plurianuais têm que vir à Assembleia Municipal só para conhecimento, se forem valores inferiores a 99 mil euros. -----

Estes compromissos da PARABOLSOM e EEW foram contratações feitas no mês de dezembro, no âmbito das iluminações de Natal e da Magia do Natal das crianças e que têm pagamentos para janeiro e fevereiro consoante o contrato que fizemos. São

portanto compromissos plurianuais, de maneira que têm de ser apenas informados à nossa Assembleia.-----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições, mas ninguém se quis pronunciar. --

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento em apreço.**-----

**C.10- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO:**-----

O **Presidente da Assembleia** sobre esta matéria referiu que a Lei determina que os municípios tomem conhecimento da situação financeira da autarquia e da sua atividade municipal, cabendo à Assembleia Municipal, nas suas sessões ordinárias, apreciar as informações prestadas pelo senhor Presidente da Câmara.-----

Continuando, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar as informações que julgasse pertinentes, para além daquelas que constam no documento que foi entregue.-----

O **Presidente da Câmara disse que** este é um relatório da atividade do município e da sua situação financeira, não há nada a dizer pois não sabe bem como conseguiria resumi-lo, a não ser que os senhores deputados tenham alguma questão específica a colocar.-----

Se houver alguma questão específica da área financeira ou da atividade de administração geral estará disponível para responder.-----

Com esta ideia, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o deputado Vítor Libânio.-----

O **deputado Vítor Libânio**, usando da palavra, referiu que pretendia os seguintes esclarecimentos:-----

“Tendo nós consciência da importância que a empresa Somincor tem para a região, neste caso concreto particularmente o nosso concelho e tendo também conhecimento que nos últimos tempos a empresa tem atravessado um período de alguma instabilidade laboral, que esperamos seja ultrapassada de forma justa para as partes em litígio e que salogue a continuidade da exploração de acordo com os interesses do concelho e da região, colocamos ao senhor Presidente as seguintes questões:-----

Soubemos que teve uma reunião na Somincor com a empresa, a nível da administração ou foi com as Câmaras aqui da nossa região mais propriamente?-----

Essa reunião foi a pedido da Câmara ou da Somincor? Gostaríamos se fosse possível saber que matérias é que foram tratadas e o resultado da implicação no nosso concelho.-----

A outra questão era referente à reunião com o Bispo de Beja. De acordo com a informação que nos foi prestada, soubemos que houve uma reunião com o Reverendíssimo Bispo de Beja e gostaríamos que o senhor Presidente nos esclarecesse quais as matérias que foram tratadas nessa reunião, nomeadamente se estão pensadas novas formas de colaboração entre a autarquia e a igreja. Como é que a

Câmara irá intervir na preservação do nosso património religioso? E finalmente se será uma realidade a curto prazo a criação do museu de arte sacra?” -----

Em resposta, o **Presidente da Câmara** referiu que a Câmara, quando iniciaram a primeira greve na Somincor, como os senhores deputados sabem, tem tentado ao longo destes 4 anos preservar, manter e melhorar dentro dos possíveis o relacionamento com a Somincor, pela sua importância económica e social no concelho. Temos constantemente estimulado a Somincor para uma aposta mais de retorno social nos nossos concelhos, todos os presidentes de Câmara envolvidos estão de acordo, achamos que a política da Somincor não estava muito virada para o apoio social propriamente dito e quando falo em apoio social é apoio sustentável, não é os mil euros à Associação A nem os 500 euros à Associação B, é apoio sustentável, projetos de intervenção social que fiquem para além da Somincor, que permitam à população estabilidade, crescimento económico, moral e motivacional, dependendo da Somincor mas não só, formação, centros de investigação, aquilo que seja possível. Vai surgir também, posso-lhe dizer desde já em primeira mão, vai surgir um bom investimento da Somincor numa escola de formação e prática de bombeiros. Conosco, surgiu a oferta de uma carrinha e apoio financeiro para o programa porta a porta de apoio às pequenas reparações em casa de pessoas com algumas dificuldades, e tem surgido outros apoios, e eu continuo a pressionar sempre que estou com alguém da administração no sentido dessa orientação. A reunião que nós tivemos foi pedida pela Câmara de Aljustrel e pela Câmara de Almodôvar no último dia da greve. Na primeira fase da greve nós deslocamo-nos à Somincor e solicitámos uma reunião com a administração nesse próprio dia para tentar perceber o que se passava. -----

Que as informações que andavam no ar não coincidiam com aquelas que tínhamos sido informados pelo departamento de comunicação da Somincor, a Somincor dizia uma coisa mas os colaboradores estavam ali em greve tinham panfletos com outra informação. Não fomos recebidos nesse dia porque o Michael, o diretor geral da empresa, não estava cá e a Dr.ª Dina Diogo na altura não quis assumir qualquer tipo de responsabilidade, até porque não estava mandatada para o efeito. Fomos recebidos logo a seguir e optaram por convidar mais Câmaras para tentar perceber quais eram as reais necessidades sociais dos concelhos e para apresentar o plano estratégico da empresa para os próximos 10 anos, para apresentar aquilo que vinha a ser o próximo plano de 2018 e para se falar um bocadinho daquilo que era a questão da greve. Posso-lhe dizer que foram abordados projetos na área social com o apoio da Somincor para com as Câmaras e vice-versa nos próximos anos. Não posso, de facto não devo, por uma questão de respeito institucional, mencionar o que se falou sobre as greves, sobre os funcionários, sobre o que estava em cima da mesa, sobre as condições que têm e aquilo que estava a ficar em causa, financeiramente falamos de tudo isso. Fomos para lá às 10:00 horas da manhã e saímos às 14:00 horas. Houve tempo para falar de muita coisa, no entanto essa parte tem de ficar um bocadinho reservada para a outra reunião. Posso dizer que abordamos o tema e vimos de facto que o litígio que o senhor deputado mencionou não é tão simples assim, é mais complicado do que parece, porque a posição da empresa mãe, o Grupo Lundin Mining, não vai bem ao encontro daquilo que são as exigências neste momento dos colaboradores. O mesmo se passa em Aljustrel, no entanto eu deixaria este ponto para eles, mencionámos alguns

cenários, mas de facto a minha responsabilidade institucional não me permite libertar mais dados sobre o assunto. -----

É interessante de facto a vontade que a Somincor tem neste momento na vertente da política de investimento social, existe uma grande abertura para o fazer. Fomos convidados a apresentar projetos para desenvolver nos próximos 4, 5 anos e vamos ver se temos oportunidade de os mostrar e eles serem aceites, tal como foram lá falados.

Sobre a reunião com o Senhor Bispo, eu pedi a reunião no sentido de tentar clarificar alguns pontos que têm tido de alguma maneira necessidade de esclarecimento.-----

Houve a passagem de testemunho de um bispo para outro, este novo bispo teve um bocadinho adoentado e não me pode receber. Depois convidei-o para vir inaugurar o órgão de tubos que reparámos recentemente, porque ele não tinha cá vindo e tinha demonstrado essa vontade, sendo ele um homem das artes também.-----

Falámos sobre o Museu de Arte Sacra, na vontade que a Câmara tem e na dificuldade que tivemos no ano passado, uma vez que iniciámos o processo ainda que informalmente, mas houve uma grande dificuldade de abordar as comissões fabriqueiras que disponibilizam os objetos e as imagens, porque existe um certo tom de poderio em termos daquilo que é nosso. É da nossa comunidade, não vamos deixar levar senão nunca mais volta, e muitas das imagens que estão nas diferentes comissões fabriqueiras do concelho, umas não têm registo outras necessitam de restauro urgente.-----

De facto, tentei sensibilizar o senhor Bispo para esse assunto, é um património que é de todos nós, não obstante de ser da igreja, mas é cultural da região. O que eu disse ao senhor Bispo foi que tinha a certeza que eles nem sabiam, regra geral, todo o património que tinham, ou melhor que não sabiam o estado em que o património estava, não sabiam o valor que tinha. Há a imagem de um Santo, por exemplo Nossa Senhora da Graça de Padrões, que estava completamente degradada e que a nossa colaboradora Joana tem estado a restaurar há quase 3 meses, mas estava numa degradação total. Imagino eu que a diocese pensasse que tinha um valor e se calhar o valor da peça era nulo, tendo em conta o estado em que estava.-----

Portanto, neste sentido acho que eles não têm a mínima noção do que têm, saberão as peças mas não o valor delas, pelo facto de não saberem as condições. -----

Abordámos esse assunto, abordámos a necessidade da Igreja se juntar a nós perante as comissões fabriqueiras, para sensibilizar as pessoas para nos deixarem ir buscar as peças e utilizá-las no Museu de Arte Sacra a implementar em breve no convento. Mas que essas peças sejam restauradas e que voltem aos locais e que não haja da parte da Câmara qualquer apropriação ou expropriação de cada peça, porque são nossas sem ser nossas, são nossas enquanto património cultural. Abordámos também as pinturas da igreja da Graça de Padrões que estão completamente degradadas e nós achamos que a igreja deve colaborar mais, encontrar uma solução técnica e também financeira, nem que seja através de um Portugal 2020. A solução que se encontrou foi um peditório à população, não obtivemos assim grande resposta, mas de qualquer maneira foi exposto o problema e foi solicitado o apoio.-----

Abordámos também a situação da igreja matriz de Almodôvar, pois existe um problema na igreja que detetou com os técnicos da Câmara há dois ou três anos. A igreja está a tornar-se uma dificuldade para as pessoas de mobilidade reduzida e nós

não temos grande solução devido à inclinação do terreno. Tentei junto do senhor Bispo que autorizasse a eventual criação de uma rampa de acesso na lateral da igreja, que permitisse o acesso a 1% ou 2% de ascensão, para que as pessoas com cadeiras de rodas, carrinhos de bebé etc., não tivessem que entrar pela sacristia, por aquela zona com degraus e pudessem aceder à igreja sempre que quisessem. Estou à espera da parte escrita, acho que consegui o acordo deste Bispo, do outro não, mas deste acho que consegui.-----

Falou-se de um maneira geral daquilo que é o património religioso do concelho e dos protocolos que temos de elaborar, porque nós estamos a investir muito dinheiro nas igrejas todas, nos restauros e outros trabalhos ao longo destes últimos 10 anos. De facto aquilo não é um património nosso, em termos de autarquia gastamos lá o dinheiro e queremos ter algum usufruto, mais que não seja um direito de propriedade de 20 ou 25 anos.-----

Parece-me que o Senhor Bispo esteve e está ao lado do concelho de Almodôvar, assim como está dos outros, mas não me parece que esteja disponível para gastar dinheiro, acho que nenhum bispo está, mas relativamente às concessões ao nível do uso do património acho que consegui aquilo que era possível. -----

E não havendo mais inscrições, deu-se por encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

#### **B.11. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA.** -----

**O Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas nas rubricas da Ordem do Dia, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD). -----

#### **DECLARAÇÃO:** -----

**O Presidente da Assembleia**, antes de encerrar a sessão, proferiu o seguinte: -----

*“Terminada mais uma sessão da Assembleia Municipal, resta-me desejar-vos, em meu nome pessoal e em nome da mesa da Assembleia Municipal, um bom ano de 2018, tanto a nível pessoal como profissional e já agora também como político. Um ano de 2018 com saúde, que é o principal, com algum dinheirinho no bolso que sempre ajuda e um ano de 2018 em que podem contar sempre connosco, Assembleia Municipal, para a concretização das vossas expectativas em relação às melhorias das condições de vida, saúde e bem-estar do concelho de Almodôvar e dos Almodovarenses”* -----

**FECHO:** Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, eram zero horas e dez minutos, do dia 29 de dezembro de 2017. -----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

**Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas.** -----

E eu, **Vítor Manuel Vilhena Saleiro**, 1º secretário da mesa da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----